



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
CURSO DE ETNODENSENVOLVIMENTO

ADENILSE BORRALHOS BARBOSA

Etnoictiologia de pescadoras e pescadores artesanais: fortalecimento e
valorização dos conhecimentos tradicionais, na comunidade de Espírito Santo do
Tauá – PA

Santo Antônio do Tauá – PA

Agosto-2019

ADENILSE BORRALHOS BARBOSA

Etnoictiologia de pescadoras e pescadores artesanais: fortalecimento e valorização dos conhecimentos tradicionais na Comunidade de Espírito Santo do Tauá\PA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na modalidade de plano de ação, apresentado ao Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento da Universidade Federal do Pará/*Campus* de Altamira, como requisito para obtenção do grau de Licenciado e Bacharel em Etnodesenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr Gustavo Moura Goulart

Co-orientadora: Prof.^a Msc Alcione Sousa de Meneses

Santo Antônio do Tauá – PA

Agosto-2019

ADENILSE BORRALHOS BARBOSA

Etnoictiologia de pescadoras e pescadores artesanais: fortalecimento e valorização dos conhecimentos na comunidade de Espírito Santo do PA.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na modalidade de Plano de Ação, apresentado ao Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento da Universidade Federal do Pará/Campus de Altamira, como requisito para obtenção do grau de Licenciado e Bacharel em Etnodesenvolvimento.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gustavo Moura (Orientador)

Profa. Dra. Francilene de Aguiar Parente

Profa. Dra. Irlanda Miléo

Santo Antônio do Tauá – PA

Agosto-2019

À comunidade de Espírito Santo do Tauá, às pescadoras e pescadores que estão na ativa, e aos que não estão entre nós, mas que contribuíram no fortalecimento da pesca e da economia da comunidade, são eles (*in memória*): Ivo, Getúlio, Varisto, tio Domingos, tio Belmiro, tio Nazico, tio Peroba, Raimundo Carlos, Bruno, Sales, Cadete e, em especial, ao meu avô Antônio, que iam em busca do alimento da sua família e toda a comunidade, enfrentando os perigos das noites chuvosas e escuras, mas que voltavam contando suas experiências e a alegria de uma boa pescaria.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças e sabedoria para enfrentar os desafios ao longo da minha caminhada durante esses quatro anos.

Às pessoas que lutaram (os indígenas, professores, movimentos sociais de Altamira entre outros) para que o Curso de Etnodesenvolvimento fosse efetivado onde os povos e nós que somos de comunidades tradicionais tivéssemos oportunidades de ingressar em uma Faculdade.

À minha mãe Adalmira por sempre me apoiar nos meus objetivos e que me ajudou muitíssimo nessa trajetória, infinitamente agradeço.

A meu pai Heli por ter orgulho de mim e também por sua colaboração durante o período em que estive na faculdade.

À minha avó Francisca pelo afeto e carinho.

Às minhas irmãs Ediane, Eliene e em especial a Helielse que foi a minha companheira durante o percurso do curso, onde dividimos tristezas, alegrias, dificuldades, emoções e conhecimentos.

Ao meu único irmão Welliton, que se preocupava e que me ajudou muito, muito obrigada.

Não poderia esquecer jamais dos meus queridos avós Antônio pescador e Anésia agricultora (*in memória*) ao falar deles a emoção é inevitável, pois foi o meu alicerce, o que sou hoje devo a eles, saudades eternas.

A toda a minha família (sobrinhas, sobrinhos, tias, tios, primas, primos e cunhados) que direta e indiretamente me deram apoio.

Aos amados filhos Ronald Antônio, Rian Sales e Renato Heli, por ter superado minha ausência nos momentos especiais de suas vidas, o carinho e amor de vocês me deram forças para superar a distância, a eles o meu muito obrigado.

Ao meu esposo Ronaldo Soares pelo apoio, incentivo e paciência que teve comigo durante a minha caminhada.

Aos interlocutores que colaboraram e dividiram seus conhecimentos empíricos, os quais foram essenciais para fortalecer a minha formação.

Às pescadoras e os pescadores da comunidade Espírito Santo do Tauá, pelas nossas conversas durante a pesquisa de campo, dos Tempos Comunidade, sem vocês não seria possível realizar esse trabalho.

Às minhas colegas e parceiras da comunidade citada, as que ganhei no Curso de Etnodesenvolvimento, em especial, dona Cleonice pela sua amizade; Antônia, pelo seu carinho e companhia; Vânia, pela sua amizade e atenção; Margarete e Lívia, pelas parcerias e por terem dividido o mesmo teto, grata pelos momentos que tivemos.

Aos meus colegas da comunidade estudada e aos do Curso, obrigada pela força e amizade de todos vocês, não poderia deixar de citar os nomes: Alan Kalberg por mais que tenha desistido de estudar, mais deu sempre seu apoio, João Paulo pela consideração, Reinaldo, Manoel e Josélio obrigada pelos favores.

À família da dona Socorro Arara pela acolhida fraterna, que teve comigo durante a minha permanência em Altamira.

Ao pessoal da secretária da Faculdade Etnodiversidade, na pessoa do Maurício que sempre ajudou de alguma forma, muito obrigada.

Todas as professoras e professores da Faculdade do Curso de Etnodesenvolvimento que contribuíram para a minha formação acadêmica, em especial, Eliane Faria pelo carinho que sempre teve com os discentes; Francilene Parente pela amizade e consideração; Fabiano Gontijo que nos proporcionou aulas maravilhosas; Assis Oliveira pelo apoio que nos deu no início do curso; Débora Lopes e Mônica Lizardo pelos momentos de aprendizagem, todos foram e serão fundamentais na vida de cada um de nós, vocês ficarão em minha memória.

À professora Alcione Meneses que ao final do curso tive o prazer de conhecer e que também deu sua parcela de contribuição na construção desse trabalho.

Não poderia de deixar de agradecer a uma pessoa que tenho um profundo respeito e carinho, professor e meu orientador Gustavo Moura, que me possibilitou superar os desafios

e que me instigou a buscar o melhor de mim, e que tenho um prazer de ser orientada por esse profissional.

No mais levo por toda a minha vida o Curso de Etnodesenvolvimento por ter me proporcionado estudar e aprender com professores e profissionais competentes, que nos ensinaram a sermos protagonistas da nossa própria história e lutar pelos nossos direitos, o meu muitíssimo obrigado.

EPÍGRAFE

Música

“Carimbó do Espírito Santo”

O Espírito Santo é um lindo lugar,

Que lugar maravilhoso do Estado do Pará

O Espírito Santo é um lindo lugar

Fica situado a beira do rio Tauá (bis).

Lá tem tudo que se quer,

Tem também igarapé,

Tem um lindo olho d'água, chamado Curuperé,

É Curuperé, é Curuperé (4x)

Tem um poço de mandioca, que tem água friazinha,

Onde põem a mandioca pra fazer nossa farinha (4x)

É nossa farinha (bis)

Tem um mangue, tem mangueira, tem areia, tem argila,

Tem um banho de maré no trapiche lá da Vila (bis) é da nossa Vila (bis)

Tem frutinhas bem gostosas, que se colhe em nossas matas, tucumã e açáí,
pupunha e bacuri.

Tem a pesca de marisco, com a rede a lançar, que sustenta os ribeirinhos.

A beira do rio Tauá. É do rio Tauá (12x) que sustenta os ribeirinhos a beira do rio Tauá.

(Cleto Chagas & Adenilse Borralhos, 2016)

RESUMO

Este Plano de Ação tem por objetivo subsidiar a construção Caderno Didático Etnoictiológico da escola da comunidade de Espírito Santo do Tauá, e, assim, visibilizar os conhecimentos tradicionais e saberes locais das pescadoras e pescadores artesanais; a partir desse Caderno Didático visamos desenvolver oficinas de formação com comunitários e sujeitos do espaço escolar. A comunidade fica situada na PA – 242 no município de Santo Antônio do Tauá, Nordeste Paraense. O trabalho é uma das estratégias para consolidar os conhecimentos, fazeres e saberes de pescadoras e pescadores artesanais na Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Solano Rayol Pereira, através do Caderno Didático Etnoictiológico que foi construído coletivamente a partir do processo metodológico da pesquisa-ação. Esse caderno visa contribuir para que professores alunos e membros da comunidade escolar entendam a diversidade econômica, política, social e cultural, incluindo a Etnoictiologia dos pescadores e pescadoras artesanais do rio Tauá. O Caderno Didático será um instrumento de suma importância para os conhecimentos dos educandos e também para fortalecer e valorizar a atividade pesqueira dentro do espaço escolar. Esse Caderno Didático será disponibilizado e utilizado na escola da comunidade, com vistas ao diálogo sobre a sociobiodiversidade local, saberes e fazeres tradicionais, nas disciplinas Ciências e Geografia.

PALAVRA CHAVE: Pesca artesanal; Etnoconhecimento; Educação diferenciada.

ABSTRACT

This plan of action aims to subsidize the construction of the Ethnoicological didactic book of the School of the community of Espírito Santo do Tauá, and thus to visualize the traditional knowledge and local knowledge of fisherwoman and artisanal fishermen; from this didactic book we aim to develop training workshops with community and subjects of the school space. The community is located on the highway PA 242 in the municipality of Santo Antônio do Tauá, Nordeste Paraense. The work is one of the strategies to consolidate the knowledge, skills and knowledge of fisherwoman and artisanal fishermen in the Municipal School of Primary Education Francisco Solano Rayol Pereira, through the ethnoicological didactic book that was built collectively from the methodological process of action research. This booklet aims to contribute to teachers, students and members of the school community understand the economic, political, social and cultural diversity, including ethnoicology of artisanal fisherwoman and fishermen of the river Tauá. The didactic book will be an instrument of paramount importance to the knowledge of learners and also to strengthen and enhance the fishing activity within the school space. This didactic book will be made available and used in the community school, with a view to the dialogue on local socio-biodiversity, traditional knowledge and practices, in the disciplines of Sciences and Geography.

KEY-WORDS: Artisanal fishing; Ethnoknowledge; Differentiated education.

LISTA DE SIGLAS

APs – Área de Protegidas

CP– Colônia de Pescadores

CFR- Casa Família Rural

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS- Instituto Nacional do Seguro Social

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PNPCT- Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidade Tradicionais

PPC- Projeto Pedagógico do Curso

SUDEP- Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SPVEA – Superintendência do Plano de desenvolvimento da Amazônia

TC – Tempo Comunidade

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TU – Tempo Universidade

UFPA – Universidade Federal do Pará

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1-Introdução.....	13
2 - Contextualização Do Município De Santo Antônio Do Tauá – Pa.	18
3- Contextualização da Comunidade de Espírito Santo do Tauá.....	20
4 - A Pesca Na Comunidade De Espírito Santo Do Tauá.	28
5-Organização das famílias.....	34
6 - Justificativa	37
7 - Objetivos:	45
7.1 - Objetivo Geral	45
7.2 - Objetivos Específicos.....	45
8 - Metas	45
9 - Metodologia	46
10- Educação bancária e Educação Libertadora.....	49
11- Possibilidade educacional e Espírito Santo do Tauá.....	51
12 - Cronograma De Atividades	55
13 Considerações Finais	57
14 - Referências Bibliográficas	59
15 - Anexo – 1 Caderno Didático.....	63
16 - Apêndice:	64

1- Introdução

Eu, Adenilse Borralhos Barbosa, moradora da comunidade de Espírito Santo do Tauá, pescadora, ativista dos movimentos de mulheres e de jovens, educadora social e discente do Curso de Etnodesenvolvimento, oferecido pela Faculdade de Etnodiversidade da Universidade Federal do Pará (UFPA) no Campus de Altamira, durante os quatro anos, que convivi na academia, tive a oportunidade de conhecer outras comunidades, através dos discentes que os quais representados por suas pertenças, (indígenas, agricultores, pescadores, quilombolas e extrativistas), pois o Curso é destinado aos povos e comunidades tradicionais, é um curso diferenciado que fala a nossa língua e das vivências do cotidiano. As diversidades dos povos e comunidades tradicionais contribuíram para as trocas de conhecimentos, saberes e experiências que foram essenciais neste processo de ensino-aprendizagem.

Neste sentido, confirmamos com o autor Bruner (1998).

O primeiro objeto de qualquer ato de aprendizagem, acima e além do prazer que nos possa dar, é o que deverá servir-nos no presente e valer-se no futuro. Aprender não deve apenas levar-nos até algum lugar, mas também permitir-nos, ir além [...]. (BRUNER, 1998, p. 96).

Dessa forma os saberes empíricos e científicos me possibilitaram a atuar mais ainda e ver com outros olhos a minha comunidade de pertença, assim contribuindo para o caminho de educação concebida estrategicamente, a serviço dos coletivos e preparar todo o sujeito para conviver no meio em que vive, onde possamos propor e saber reivindicar e ocupar os espaços que temos por direito, seja em qualquer âmbito governamental ou não. Na construção do Plano de Ação, as coletas de dados com os membros da comunidade, permitiram-me conhecer melhor meu lugar e observar coisas antes desconhecida, como os conhecimentos dos demais pescadores.

Os métodos usados na construção deste Plano de Ação são: a pesquisa-ação (as pessoas envolvidas no trabalho vivenciam o que está em estudo) e observação participante (uma relação de diálogo com os interlocutores). De acordo com Martins (1996 apud BARROS, 2012, p. 2 95). “(...) a observação participante é uma metodologia elaborada principalmente no contexto da pesquisa antropológica. Trata-se de estabelecer uma adequada participação dos pesquisadores dentro dos grupos observados de modo a reduzir a estranheza recíproca”.

Comungando com os autores, a pesquisa deve se tornar agradável tanto para o observador quanto para quem está sendo observado, se sentir parte do ambiente estudado e da vida dos sujeitos envolvidos. Para Mourão e Nordi (2003), as análises das informações qualitativas feitas por meio de interpretação das falas dos entrevistados são ajustadas de forma

a perceber (conhecimentos etnoecológicos) ao modelo operacional (conhecimento científico). Menciona também que “Informações sobre o conhecimento de comunidades pesqueiras locais são importantes por auxiliarem na definição de medidas de manejo da pesca, orientarem novos focos de pesquisa e pelo valor cultural que representam” (MOURÃO e NORDI, 2003, p. 16). Sobretudo, a Etnoictiologia, ao permitir a decodificação das interações do homem com os peixes, estimula futuras pesquisas científicas ainda não, comprovadas, mas que fazem parte do cotidiano de atores. Para Mello, (1989 apud Mourão e Nordi 2003, p.10 -11) “(...) A partir das informações obtidas e utilizando-se, sempre que possível, o vernáculo da comunidade, construíram-se roteiros para entrevistas ou questionários semi-dirigidos ou semi-estruturados”. As quais foram desenvolvidas com os comunitários, pescadores e pescadoras, seis entrevistas ao longo do Curso (atividades dos TCs), com duração de duas horas dialogando e observando e as demais entrevistas anuais tiveram tempo de uma hora e meia, o uso de mecanismo eletrônico (celular) e formulários (para nortear as perguntas) produzidos por mim, com auxílio de aprendizado em Etnodesenvolvimento.

O Curso de Etnodesenvolvimento é fundamentado na Pedagogia da Alternância que funciona no período intensivo na seguinte forma: Tempo- Universidade (TU), momento em que nós alunos participamos das aulas na Universidade (de Janeiro/Fevereiro de Julho/Agosto durante oito períodos) e Tempo- Comunidade (TC), é o período que nós voltamos as nossas comunidades de pertença destinada à realização de ações coletivas, pesquisas e estudos; momento estes, orientados e monitorados pelos docentes do curso que vem até as nossas comunidades para orientar as atividades dadas a nós (de Março a Junho e de Setembro a Dezembro). Essas atividades referentes ao Curso deverão ser apresentadas no próximo Tempo- Universidade e assim sucessivamente.

O Curso de Etnodesenvolvimento é construído tendo como eixo estruturante a diversidade cultural, conforme o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e, as disciplinas são relacionadas às áreas de conhecimento científico que dialogam com as histórias dos povos e comunidades tradicionais para qualificação acadêmica e atuação profissional; dos discentes envolvidos. De acordo com o PPC do Curso de Etnodesenvolvimento (UFPA, 2008), a metodologia criada fundamenta-se no conceito de ensino, pesquisa e extensão, respeitando e levando em conta as especificidades, particularidades e diversidades das pertenças bem como as vivencias e conhecimentos empíricos, onde esse entrelaçamentos de saberes contribua para um novo olhar do meio a qual pertencemos, confirmam então Santos et al.(2005, p.41) quando dizem:

...a diversidade epistemológica encontrada no mundo incluindo outras formas de conhecimentos para além do conhecimento científico- é a expressão, ela própria, de

maneiras diferentes de conceber o mundo e as suas divisões e, conseqüentemente, de intervir sobre este para conhecer, conservar ou transformar.

Dentro da lógica da diversidade de saberes, econômica, políticos, cultural e religiosa de cada coletivo, foram correlacionados o percurso curricular do Curso de Etnodesenvolvimento que é dividido em oito períodos de disciplinas: Sistema de Saúde; Educação; Direitos Humanos; Sociedade e Meio Ambiente; Desenvolvimento e Sustentabilidade; Identidade, Nação e Território; Linguagens Étnicas; Atividades Complementares; Estágios (em ambientes escolares e não escolares) e o Plano de Ação.

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) assume a modalidade de Plano de Ação apresentado ao Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento da Universidade Federal do Pará/*Campus* de Altamira. Constituem-se em experiências desafiantes e inovadoras de educação diferenciada no Brasil para povos e comunidades tradicionais.

Esses procedimentos são empreendidos nas referentes comunidades de pertença dos discentes, sendo desenvolvidas nas disciplinas estudadas durante o Tempo Universidade (TU), todas as disciplinas foram fundamentais na minha formação acadêmica. Tendo em vista que algumas deram norte ao Plano de Ação, bem como: Conhecimentos tradicionais e biodiversidade; Eco Antropologia na Amazônia; Proteção da natureza e diversidade; Etnoecologia; Práticas educacionais, saberes e Etnoeducação; políticas públicas em educação e ações afirmativas; Etnodesenvolvimento entre outras.

Para cada disciplina citada foi feita pesquisa na comunidade e, através desses estudos monitorados pelos docentes do curso, pude perceber a riqueza de patrimônio cultural imaterial¹, que nós, que moramos em comunidade tradicional temos. Essa riqueza está presente na tradição cultural, nos costumes, na memória, nos modos de fazer, no respeito aos ritos religiosos e da manifestação popular.

Ao mesmo tempo em que é percebido através da pesquisa o acervo cultural na comunidade mencionado acima, há ausência de políticas públicas voltadas para valorizar e reconhecer as tradições. Entretanto o Plano de Ação diante do tipo de educação que a escola da comunidade oferece, vem como proposta de educação disseminadora e dialógica, que vai de contra mão aos projetos de educação tradicional.

¹ Esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. UNESCO, Recomendações de Paris, 2003.

Neste sentido, Reis (2003, p.13) afirma que as comunidades tradicionais são um desafio para o Estado, em que “identidades coletivas são redefinidas por toda parte, cruzando fronteiras e desafiando autoridades nacionais”.

Além do TU, nós graduandos retornamos as nossas comunidades com a bagagem cheia de atividades para realizar. Eu chamo esse momento de um “ato de entrelaçamento” do conhecimento empírico com o científico, permitindo um aprendizado a partir de diálogos com os interlocutores e os textos submetidos pelos docentes do curso. Esse momento, que nós graduandos, continuamos estudando, não mais dentro da sala da Faculdade e sim na comunidade de pertença é denominado de Tempo Comunidade (TC). Partindo desses pressupostos os docentes planejam suas ementas, seus planos de aula e o componente curricular do curso e nós discentes oportunizamos aos demais colegas a conhecer a realidade das comunidades e as experiências obtidas durante o TC, levando em conta as especificidades de cada pertença que compõem o curso de Etnodesenvolvimento. Cabe ressaltar também que a experiência no Curso diferenciado nos permitiu e nos permite observar as problemáticas e lutar pelos anseios dos nossos coletivos.

O Plano de Ação objetiva produzir, por meio de uma abordagem etnoictiológica (estudo das espécies de peixes), um Caderno Didático para algumas áreas de conhecimentos, como Ciências Naturais, para melhor conhecer a diversidade incorporando o diálogo intercultural, através do estudo das etnoespécies de peixes do rio Tauá e seus hábitos entre outros e Geografia trata-se de uma proposta de compreender o espaço a qual faz parte apontando a região, a hidrografia local, economia, entre outros aspectos do nosso território tradicional. A turma determinada foi a 7º ano (pela faixa etária dos alunos) do ensino fundamental na escola Francisco Solano. Visamos também promover a inclusão dos conhecimentos empíricos no Projeto Político Pedagógico – PPP, obtidos através de relatos, técnicas, saberes e fazeres das pescadoras e pescadores. Em síntese, o PPP é o que confere identidade à escola e, por isso, precisa ser construído coletivamente por todos os seguimentos que participam da vida escolar, mostrando-se democrático, abrangente, reflexível e duradouro (VEIGA, 1998).

Segundo Morril e Anderson (1967) apud Mourão e Nordi (2003, p. 10) “Foi por meio dos trabalhos com pescadores artesanais caribenhos e chineses, respectivamente, que se originou o termo Etnoictiologia”. Os autores supramencionados afirmam que o primeiro trabalho com enfoque puramente etnoictiológico foi desenvolvido por Maranhão (1975), um antropólogo que estudou uma comunidade de pescadores de Icarai no litoral cearense. Mais tarde houve trabalhos de grande relevância junto a pescadores e pescadoras paulistas chamados de caiçaras e cariocas, como podemos ver a baixo:

(...) Na década de 80 destacam-se os trabalhos de MUSSOLINI (1980), que descreveu o conhecimento dos “caiçaras” paulistas acerca da ecologia e do comportamento migratório da tainha (*Mugil platanus*), e o de SILVA (1988), junto aos pescadores da praia de Piratininga (RJ), abordando a lógica utilizada por eles na classificação dos peixes (MUSSOLINI 1980 e SILVA 1988 apud MOURÃO e NORDI 2003, p. 10).

Através das disciplinas “Etnoecologia” e “Práticas educacionais, saberes e Etnoeducação” tive acesso ao artigo do professor Flavio Bezerra Barros “**Etnoecologia da pesca**” na Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio – Terra do Meio, Amazônia, Brasil. Daí surgiu a ideia do Plano de Ação e se consolidou na conversa em uma reunião com as pescadoras e pescadores e os comunitários, no dia 10 de outubro de 2017 na escola da comunidade. Na oportunidade foi registrado o momento com pescadores e outros membros da comunidade na discussão da escolha do tema do TCC, como mostra a Figura 1.

Figura 1 – Reunião de escolha do tema e subtema com os comunitários e pescadores (as).



Fonte: Adenilse Borralhos (2017)

Nessa reunião surgiram outras propostas para o Plano de Ação, dentre elas (horta de plantas medicinais e, revitalização dos igarapés da comunidade). No entanto, a maioria dos participantes escolheu o estudo das espécies de peixes no rio Tauá, com seus nomes populares e nomes científicos, costumes, habitats e outros itens que trataremos nesse texto. Com intenção de promover o fortalecimento e valorização dos saberes da atividade de pesca e, por estes não terem visibilidade dentro do âmbito escolar, o Plano de Ação foi mais além do estudo das espécies de peixe e, construiu Caderno Didático Etnoictiológico na perspectiva da valorização dos saberes locais e regionais. Assim diz Campos (2004):

É preciso entender que a sociedade rural, com suas complexidades, suas visões de mundo, suas expressões culturais, ainda precisa ser conhecida, pesquisada, respeitada, se quisermos construir uma Educação do Campo que faça sentido para aqueles que constroem suas vidas no meio rural. (CAMPOS, 2004, p. 151).

Os sujeitos que moram no campo, floresta e rios são diversos e essa diversidade precisa ser incorporada na reflexão político pedagógica, mas desde que tenha a participação

dos coletivos, a partir de sua identidade e de sua autonomia. Considerando que a educação é um dos direitos humanos básicos para a formação de pessoas, não só o direito ao acesso, mas principalmente ser instrumento de transformação dentro dos espaços em que estamos inseridos. Para Freire (1996).

(...) É vivendo criticamente a minha liberdade de aluno ou aluna que, em grande parte, me preparo para assumir ou refazer o exercício de minha autoridade de professor. Para isso, como aluno hoje que sonha como ensinar amanhã ou como aluno que já ensina hoje devo ter como objeto de minha curiosidade as experiências que venho tendo com professores vários e as minhas próprias, se as tenho, com meus alunos (...) (FREIRE, 1996, p.35).

Diante da fala do autor, o papel do professor não está somente em ditar regras ou mesmo repassar conteúdos, mas que revele situações de ensino aprendizagem, em que tanto o professor aprende com os alunos, quanto os alunos aprendem com o professor, preparar também o aluno para enfrentar os desafios fora do espaço escolar. O oprimido tem que ir em busca de sua liberdade e a escola fazer o papel de mediar e servir como instrumento de resistência e fortalecimento dos saberes da comunidade.

Mediante isso, reforço mais uma vez a importância do Caderno Didático protagonizado por nós comunitários, respeitando os princípios éticos consolidados através dos conhecimentos etnoicliológicos das pescadoras e pescadores tradicionais da referida comunidade. Esse caderno didático será desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Solano. (Ver Figura 2).

Figura 2 - Frente da Escola Francisco Solano Rayol Pereira



Fonte: Adenilse Borralhos, 2018

2 -Contextualização do Município de Santo Antônio do Tauá – PA.

O município de Santo Antônio do Tauá está localizado na Microrregião do Salgado, Região Nordeste do Estado do Pará, Amazônia Brasileira, na coordenada geográfica: 01°09'06 e 48°08'00" WGr a área do município é de 539Km² e sua população está estimada

em 29.000 habitantes (IBGE 2016). Limita-se ao Norte com o município de Vigia de Nazaré, Colares e São Caetano de Odivelas; a Leste com o Município de Castanhal; ao Oeste com o município de Santa Barbara do Pará; e ao Sul com o município de Santa Izabel do Pará

A primeira tentativa de constituir o Município, através da Lei nº 1.127, de 11 de março de 1955, a qual foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no mesmo ano de 1955. O Governo do Estado do Pará, no ano de 1956, tornou insubsistente o desmembramento. No ano de 1961, Santo Antônio do Tauá emancipou-se de Vigia de Nazaré e João Coelho, através da Lei Estadual nº. 2.460/61 de 29 de dezembro de 1961, oficializado pelo então governador Sr. Aurélio Corrêa do Carmo em 04 de abril de 1962. Desde então a comunidade Espírito Santo do Tauá, pertence a este município com as mesmas características econômicas produtivas desde 1963, passando a ser a comunidade mais importante do município por ter sua economia baseada na pesca no agroextrativismo e na agricultura (BRIOSO 1976). Há estudos que apontam diversos grupos étnicos que já ocupavam a Amazônia antes da chegada dos europeus. Pereira (1914).

(...) Os vestígios encontrados, pinturas rupestres e cerâmicas nos ajudam a conhecer um pouco da vida dos povos que habitavam a região até 11.200 anos atrás. Quando os europeus chegaram, encontraram uma enorme quantidade de grupos étnicos organizados com uma cultura própria, da qual herdamos muitos costumes como, por exemplo, o uso da mandioca e a confecção da cerâmica, artesanatos e a viver em consonância com a natureza além da culinária, pesca, agricultura, entre outros. Contudo, esses povos, nomeados indígenas, foram escravizados pelos europeus. (...) As invasões foram movidas pelos interesses nas riquezas escondidas nas florestas, principalmente as chamadas “drogas do sertão”² conjunto de especiarias de grande valor para os europeus (...) (PEREIRA, 1914, p. 80).

As terras que hoje pertencem ao município de Vigia de Nazaré eram ocupadas por povos indígenas da etnia Tupinambá. Com a chegada dos invasores portugueses esses povos foram expulsos de seus territórios, muitos foram escravizados e submetidos ao trabalho nos engenhos de açúcar e outros foram mortos. Segundo Ildone (1991), havia aldeias composta por 230 indígenas, todos trabalhadores, e com organização política e social bem definida. Além disso, os portugueses eram os responsáveis conceder as cartas sesmarias às comunidades, como, confirmam no trecho do documento cedido pela igreja católica do município citado. Segue em Apêndice o documento completo.

Ao mesmo tempo em que se preocupava com a “questão do índio”, a coroa portuguesa estimulava a ocupação. Nos rios Tauá e Bituba a ocupação por meio de sesmarias (cartas de doações de terras dadas pelo império Português) teve início em 1709, com doação de terras ao vigiense Francisco de Melo Palheta, conhecido como introdutor do café no Brasil. Sesmarias foram doadas, também, nos rios de Vigia (furo da Laura), Tauá - Jejú e Maracanã, na Baía do Sol e no Igarapé Patauateua os

²Cravinho, cominho, cacau, pimenta do reino entre outros.

sesmeiros no geral eram portugueses e seus ascendentes que tinham interesse de implantar roçados de cacau, tabaco, algodão, laranja, mandioca e outros gêneros (...) (RAMOS, 1970, p. 1).

3 - Contexto Histórico da Comunidade de Espírito Santo do Tauá.

A comunidade de Espírito Santo do Tauá localiza-se na PA 242 no município de Santo Antônio do Tauá/PA. A distância da comunidade até o município é de 12 km, por via terrestre e também temos a ligação hidrográfica pelo rio Tauá e pela Baía do Guajará (ver figura 3).



Figura 3- Localização Geográfica do Distrito de Espírito Santo do Tauá.

A minha comunidade de pertença Espírito Santo é banhada pelo Rio Tauá, o mais importante rio do município de Santo do Tauá e está localizado numa coordenada geográfica de (1°6'0" S e 48°12'0" W). Tem como base econômica a pesca, agricultura e o extrativismo que desde sempre fez parte do sustento das nossas famílias (coletivos). Além de sermos pescadoras (es) somos também consideradas ribeirinhas (os) uma vez que a comunidade fica a margem do rio.

A formação do povo da comunidade se deu pelo contato dos indígenas escravizados pelos portugueses e, mais tarde pelos negros (alguns vindos do Maranhão), também na condição de escravo para as terras, hoje chamada Espírito Santo do Tauá. Segundo os entrevistados, os indígenas que vieram para cá, alguns migraram para outros lugares, como para Vigia de Nazaré. Estes povos formaram assim as comunidades tradicionais como: Baiano, São Estevão, Tracuateua e Vila de São Tomé, primeiro nome dado à comunidade de Espírito Santo do Tauá, que foi chamado posteriormente por muitos nomes São Tomé, Vila do Pregó, Tauá, Rio Tauá. O relato do senhor Benedito Santos agricultor nascido na comunidade há 79 anos deixa claro como se deu o nome da comunidade, vejamos a seguir:

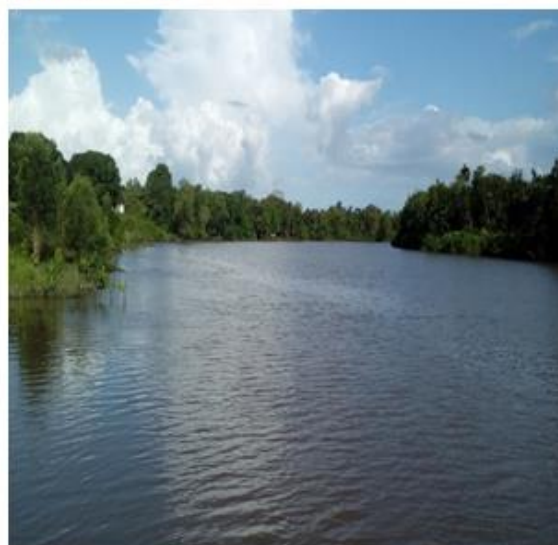
Por volta de 1800, chegou à Vila uma imagem (coroa) do Espírito Santo, trazida pelos portugueses, que doaram para a Igreja Católica. Essa coroa se tornou um símbolo sagrado para os comunitários que hoje é o padroeiro da comunidade. (Entrevista concedida em 2013).

Como vimos anteriormente, a comunidade já teve vários nomes, com a chegada da coroa houve nova mudança, por conta de dois fatores: o primeiro fator tem a ver com a Coroa do Divino Espírito Santo (citada acima) (Figura 4) e o segundo com o rio Tauá (Figura 5), sendo uma palavra indígena que significa “barro amarelo”, encontrado em grande quantidade à margem do rio. Dessa maneira, denomina-se comunidade de Espírito Santo do Tauá.

Figura 4: Coroa do Divino Espírito Santo



Figura 5: Rio Tauá



Fonte: Adenilse Borralho, 2018

Cabe salientar que a povoação de indígenas e negros na comunidade, deixou para a posteridade um legado de elementos culturais que se agregam à constituição da identidade popular local. É perceptível a presença desses elementos no dia a dia das pessoas principalmente as idosas, refletidos nos costumes, hábitos alimentares, conhecimentos da

medicina natural, atividades trabalhistas tradicionais, etc. Outro aspecto é evidenciado nas denominações de alguns nomes de rios (Tauá e Ubituba), igarapés (Curuperé e Uxiteua), peixes (tucunaré, jacundá) entre outros.

As histórias e acontecimentos relatados pelos mais velhos da comunidade apontam a existência dos povos que aqui habitavam, e constituiu esta comunidade. Sobre esse assunto o senhor Antônio da Costa, pescador (in memória) dissera que seus antepassados chegaram pelo Rio Tauá, e disse:

Aqui na Vila já foi visitada por muita autoridade, um deles que não saía daqui era o governador do Pará Magalhães Barata, ele gostava muito daqui, antes aqui tinha delegacia de polícia, tinha sapataria, cartório, lojas de roupas e cortes, alfaiate, padaria e foi a primeira vila que pertencia à Vigia a ser asfaltada, nem em Vigia era asfaltada e aqui era, tinha muita coisa, era muito bom, era farto de muito peixe, tinha muita canoa, mas também era muito violento, tinha muita morte, o pessoal era brabo e resolvia tudo na faca, essa Vila é muito velha, só eu tenho quase cem anos. (Entrevista concedida em, 2011).

Em entrevista concedida no 3º TC – Tempo Comunidade, Benedito Correa dos Santos (2013) diz que não há nada escrito sobre a história da comunidade e relata:

Não há registro preciso da data de fundação da comunidade, só o relato das pessoas mais velhas. (...). A comunidade fazia parte do município de Vigia de Nazaré, que hoje tem mais de 400 anos. Então, nossa comunidade existe há pelo menos 300 a 350 anos.

Segundo José Costa (conhecido como Zé Prego), um dos membros da família Costa e Silva relata que seus antepassados herdaram um documento de posse da terra, sendo que esse documento prova que sua família são uns dos herdeiros das terras da comunidade de Espírito Santo do Tauá, conforme pode ser visto no documento em (apêndice). Essas famílias deram origem à Vila do São Tomé, primeiro nome da Vila, em homenagem ao santo de devoção católica, que também deu nome a um igarapé, do qual as pessoas retiravam água para lavar roupas, tomar banho, saciar a sede e outras utilidades.

A comunidade de Espírito Santo do Tauá tem várias narrativas e muitas não foram contadas por conta dos anciãos que já faleceram e com eles as histórias. Através das entrevistas dos Tempos Comunidade, tive oportunidade de conversar com moradores mais antigos para conhecer um pouco mais o meu lugar, por exemplo, os interlocutores relataram que houve conflito das famílias (Soares, Pantoja, Correa e Cardoso) vindas do Itajuba e Baiano, com os pescadores maranhenses de sobrenome Prego por causa da terra na margem direita do rio Tauá. Os mesmos entraram em conflito causando diversas mortes, de ambas as partes. A família Prego não era grande, tinha poucas pessoas, por conta do conflito foram embora da Vila, assim a família Soares e as demais citadas acima se apossaram das terras, construíram comércios, serrarias, lojas de tecidos, loja de materiais de pesca, barbearia e

alfaiataria. Hoje essas construções não existem mais. Nesse antigo espaço foi construída a praça da comunidade.

Manoel Soares era neto de portugueses e um dos participantes do conflito pela terra, com a família Prego. Em dias de festividades na comunidade, Manoel costumava dar dinheiro e bebidas alcoólicas às pessoas e depois incentivava as mesmas a brigarem com quem ele não gostava ou aqueles que iam de encontro com suas ideias. As pessoas contam que o suposto Manoel era muito brigão e violento. A respeito disso Zacarias, 80 anos de idade (morador e pescador da comunidade de Espírito Santo do Tauá), relatou: “antigamente aqui era muito violento, as pessoas brigavam por qualquer motivo sai até morte”.

As entrevistas concedidas pelos mais velhos e os jornais do século XVIII. “A República e o Democrata” confirmam os conflitos (brigas) que ocorreram na comunidade, por vários motivos. Nas figuras abaixo, os recortes de jornais mostram agressão (Figura 6); protestos contra venda de terras (Figura 7).

Figura - 6

Em um dos dias da semana passada, no lugar Tauá, município da Vigia, estando 12 homens a plantar uma roça, sahio do mato um homem desconhecido armado de um punhal, tentando agredir os referidos trabalhadores.

Estes depois de uma luta de 14 de hora conseguirão amarrar o individuo e leval-o a presença do Sub-prefeito do lugar.

Este individuo chama-se João Camillo da Silva, desertor do 15º de infantaria, que o anno passado assassinou um soldado do Esquadrão de Cavallaria, na rua de S. Antonio.

João Gamillo da Silva achava-se em tratamento na infermaria militar, quando evadiu-se.

Fonte: museu de Santo Antônio do Tauá (A República 1893, O Democrata 1892).

Figura - 7

Ao publico

“ O abaixo assignado protesta contra toda e qualquer venda que João Avelino fizer da Tapera denominada Coutinho, no rio Tauá, porque a procuração que Avelino, diz ter de Procopia Maria da Conceição, não foi por ella assignada e nem concordou em cousa alguma.

Alem disso o terreno pertence a muitos herdeiros e acha-se muito embaraçado.

Tauá, 3 de Julho de 1892

F. Barboza.

Desde a formação da comunidade, as pessoas vivem da pesca, da agricultura (chamada por nós comunitários de roça) e permanece até nos dias de hoje. O 3º TC me permitiu conhecer mais o cenário da atividade da roça. Com base no quadro feito por Marin & Castro (2004), organizei um quadro da roça igual a da comunidade de Espírito Santo do Tauá.

Quadro 1 - Calendário de atividade da roça em Espírito Santo do Tauá.

ATIVIDADES	ROÇA DE INVERNO	ROÇA DE VERÃO
Broca	Setembro	Julho
Derruba	Setembro	Julho
Queima	Outubro	Agosto
Plantio	Novembro Mandioca	Agosto
1° Capina	Janeiro	Novembro
2° Capina	Maio	Março
Colheita	A partir de Novembro	A partir de Agosto

Fonte: Dados da pesquisa do 3° TC, 2016.

O cultivo de culturas brancas (mandioca, jerimum, maxixe e milho entre outros) está entre os mais presentes na produção que vai para a nossa mesa. Mas hoje é o que menos vêm sendo plantado pelas comunidades tradicionais amazônidas. Por não ter procura pelo mercado as pessoas só plantam para alimentação de sua família e às vezes vendem na própria comunidade, dando espaços a outros tipos de cultivos que geram maior renda às famílias, como cultivos de frutíferas; criação de animais de pequeno e médio porte (galinhas, patos, patas, porcos); extração de madeiras (para casas, embarcações, móveis e construções); extrativismo de açaí de área de várzeas e pescado do rio e do mar, produção de artesanatos entre outros para a geração de renda, isso acontece na maioria das comunidades da Amazônia, não difere da qual pertencem.

A economia de Espírito Santo do Tauá é baseada na pesca, agricultura, extrativismo do açaí, coleta de semente de murumuru e andiroba (que são vendidas para Natura no valor de R\$1,00 o kg, esse assunto precisa ser discutido com mais detalhe em outra oportunidade) e de pequenas tabernas (comércios), funcionários públicos (municipal e estadual) e trabalhadores das indústrias e comércios da região. Muitos povos e comunidades tradicionais da Amazônia vivem de acordo com suas especificidades, desenvolvendo a agricultura, a pesca, o manejo dos açazais, o manejo da madeira, sementes, frutas e cipós para sua sobrevivência, colocando em prática os seus saberes e conhecimentos que tradicionalmente foram repassados pelos seus antepassados.

É importante ressaltar que antigamente as pessoas viviam á base da rede de trocas de alimentos, hoje não é tão diferente. Esse gesto ainda é praticado por alguns comunitários,

como seu Moaci (conhecido por Juquinha), quando diz: “hoje eu pesco só para o meu alimento, em algumas vezes vendo, dou para os vizinhos, troco com farinha e com frutas”.

São notórias as modificações que a comunidade sofreu ao longo dos tempos, ou seja, desde a sua origem, bem como nas atividades, nos costumes, hábitos, utensílios, transporte entre outros aspectos, o 3º TC traz essas narrativas. Segundo o senhor Raimundo (Mundico), “alguns objetos não se usam mais com frequência, pois foram substituídos por outros”, como o remo e a canoa a vela hoje são usados mais a rabeta, e o motor a óleo diesel, o farol e a poronga foi substituído por lanternas e holofote movido a bateria (na pesca); terçado que servia para roçar foi trocado por roçadeira ou trator, mão de pilão que se pilava a mandioca e o rodete hoje se usam o caititu elétrico, para carregar a mandioca usava-se o paneiro, animais (boi) hoje usam bicicletas, carro de mão e ainda os animais para puxar carroça (na agricultura); na extração da madeira era usado o machado, nos dias atuais usa-se a motor serra; na atividade de carpinteiro, houve mudanças nos instrumentos manuais como, o arco de poa e o trado hoje se utiliza a furadeira elétrica [também depende muito da situação financeira desses trabalhadores, nem todos têm condições de comprar esses equipamentos e nem tem incentivos de órgãos competentes].

As mudanças também são bem visíveis nos utensílios domésticos. Antes as pessoas não possuíam fogão a gás, usavam fogão a lenha e carvão; com a chegada da energia elétrica (32 anos atrás) o pote foi substituído pela geladeira ou freezer (com exceção de algumas pessoas, que usam os dois); as louças que antes a maioria era feitas de barro, latas de óleo ou de leite (colocavam cabo de pau, servia para fazer café), cuia foi substituído pelo prato; antes nas casas não tinham pias usavam para lavar louças e cuidar dos alimentos o jirau, hoje a maiorias das casas possuem pias, mas não descartam o velho jirau; antes se costurava roupas com agulha de mão, hoje temos a máquina de costura (elétrica e com pedal). Sobre isso seu Mundico narra “a minha primeira calça comprida fui eu quem fez, costurei na mão, era de saco de pano, aqueles sacos que vinha açúcar e sal, é antigamente as pessoas usavam muito”. As mudanças ocorridas foram acontecendo supostamente a partir da década de 70 nos anos 1976 em diante, essas mudanças vieram facilitar nas tarefas do cotidiano, mas não deixando para trás o velho, que ainda está presente nas nossas vidas.

É importante destacar, contudo a história da escola a qual fiz meu estágio e enfatizando como era antigamente quando não tinha o prédio escolar. A Escola Francisco Solano Rayol Pereira, foi fundada em 22 de março de 1982, através da luta de um grupo da comunidade chamado Roceiro do Amanhã, composta basicamente por mulheres. Segundo os moradores antigamente não existia escola, estudavam em uma casa que pertencia ao seu Aladin (in memória), depois passaram a estudar na casa de dona Mocinha (in memória), anos

depois foi construída a primeira escola chamada Escola Reunida Espírito Santo (atualmente Clara Palheta), mas funcionava somente 1º a 4ª série (antes assim chamada), para dar a continuidade de seus estudos teriam que se deslocar para sede do município, era dificultoso, principalmente pela falta de transporte, às vezes os alunos tinham que ir a pé e de carona, por esses e outros motivos houve a necessidade de outra escola onde funcionasse pelo menos o Ensino Fundamental completo.

O grupo Roceiro do Amanhã aproveitando a visita do governador Alacid Nunes em Santo Antônio do Tauá se organizou para reivindicar benefícios para a comunidade, um desses a construção da Escola. Relata então dona Nely (professora aposentada, 75 anos de idade):

Nós fizemos uma faixa que foi escrito a carvão, pois não tínhamos recursos nessa época o ato do discurso do governador o mesmo leu e se comprometeu em construir, que no final do discurso pediu que o grupo se reunisse com ele. Então a escola foi construída em um terreno doado pela família Freitas. (Entrevista concedida em 2018).

O nome da Escola se deu em homenagem ao um dos professores da comunidade que se chamava Francisco Solano Rayol Pereira. Hoje a escola atende alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, abrangendo 202 alunos matriculados (ano de 2018) em dois turnos: matutino e vespertino. O quadro 2 ilustra a modalidade de ensino e a organização escolar.

Quadro 2 - Organização escolar

Ano	Nº de Turma	Turno	Faixa etária	Horário de entrada.	Horário de saída
1º Ano	Uma	Manhã	6 a 7anos	7:30	11:30
2º Ano	Uma	Manhã	7 a 8 anos	7:30	11:30
3º Ano	Uma	Manhã	8 a 9 anos	7:30	11:30
4º Ano	Uma	Manhã	9 a 10	7:30	11:30
5º Ano	Uma	Manhã	11 a 12 anos	7:30	11:30

6º Ano	Uma	Tarde	12 a 14 anos	13:30	18:15
7º Ano	Uma	Tarde	13 a 15 anos	13:30	18:15
8º Ano	Uma	Tarde	14 a 19	13:30	18:15
9º Ano	Uma	Tarde	15 a 19	13:30	18:15

Fonte: Escola Francisco Solano, 2018.

Os alunos matriculados nesta unidade de ensino, 90% residem na própria comunidade e 10% em comunidades vizinhas (Baiano Nazaré do Tauá e Santo Estevão). A escola Francisco Solano recebe um público diferenciado, como filhos e filhas de agricultores, extrativistas, pescadores e de pescadoras dentre outras. Esse cenário é típico das maiorias das comunidades da Amazônia Brasileira, dito de outro modo é a realidade das tantas escolas, mas infelizmente o currículo escolar não conversa com a realidade dos alunos, em consequência disso foi pensado o Caderno Didático que a qual falará em outro momento nesse texto.

Ao decorrer do tempo à comunidade de Espírito Santo foi se desenvolvendo, a população está estimada em 422 famílias (1º TC, 2015) e 1.227 habitantes (2º TC, 2016). Para ilustrar vejamos abaixo a imagem panorâmica da comunidade e o rio Tauá um dos elementos importantes na denominação do lugar, e bem como enfatizando o nosso pertencimento de comunidade pesqueira e ribeirinha. A figura 10 mostra também a parte da frente da comunidade, a primeira rua que tem como nome Avenida Espírito Santo.

Figura 10 – comunidade de Espírito Santo do Tauá



Fonte: Murilo quadros, 2016

Todos os aspectos que aqui foram citados são de extrema e fundamental importância na construção desse trabalho, porém o universo da pesca é o ponto chave, onde trará narrativas sobre os sujeitos (pescadoras e pescadores), podendo assim fortalecer e visibilizar essa prática dentro e fora da comunidade. Esse assunto tratará no tópico abaixo.

4 - A pesca na comunidade de Espírito Santo do Tauá.

A pesca é uma atividade muito antiga, tanto no Pará quanto no mundo é a herança, talvez a mais significativa, deixada pelos nossos antepassados, promovendo a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável de todos nós comunitários. A prática da pesca, assim como os elementos étnicos predominante herdamos dos indígenas, que já habitavam nas terras Brasileiras muito antes da invasão dos colonizadores europeus, sofrerá então influências dos europeus:

...mínima e quase se resume na transformação das pontas ou bicos de suas armas de pesca primitivamente de osso, de dentes de animais, de taquaras aguçadas em pontas de ferro ao modo das usadas nas pescarias europeias (VERÍSSIMO, 1970, p.101).

Cabe salientar que os indígenas já exerciam a pesca com seus modos particulares, posso dizer com suas técnicas como os costumes próprios no preparo do peixe, (por ex: o peixe assado com a folha da banana). O contato entre índios, europeus e escravos africanos possibilitou a troca de conhecimentos e saberes e, conseqüentemente, a origem de várias culturas litorâneas ligadas à pesca (BÚRIGO; CAZELLA; CAPELLESSO, 2009).

Podemos afirmar que a comunidade a qual pertencemos, inclusive às técnicas de pesca, foi se modificando conforme os anos. Na década de 30 se utilizavam somente anzóis,

cacuri³, matapi⁴, canoa a vela ou remo, jinga⁵ e remo de faia. A partir da década de 70, utiliza-se a pesca de rede malhadeira, espinhel, matapi, tarrafa a canoa motor rabeta e o diesel até os dias de hoje. Com o passar do tempo às mudanças tende acontecer, nós seres humanos, somos dinâmicos, estamos sujeitos ao novo, isso acontece em todos os âmbitos da vida social, cultural, econômica entre outros aspectos, mas é preciso termos cuidado com o “novo” não deixar que venha desconstruir o que herdamos dos nossos ancestrais. “A configuração de organização tradicional da pesca, cuja tecnologia reponta a luso – ameríndio,” sobre isso pode ver (FURTADO, 1990, p.43).

A pesca tem suas peculiaridades e obedece ao regime das marés, com vazão de 6h e 6h de enchente. No período do inverno de janeiro a maio, ocorrem as grandes marés, quando os pescadores só pescam para sua alimentação nos rios e no mar. Por exemplo, na maré lançante⁶ do inverno no resto d’água que corresponde ¼ de 6h (01h30min), se executa a pesca ou no período de piracema, quando os peixes estão desovando.

Os pescadores artesanais da comunidade do Espírito Santo do Tauá exercem também outras atividades produtivas. Ao mesmo tempo em que pescam, desempenham outras funções, como extrativismo e agricultura, plantando mandioca, macaxeira, milho, arroz, dentre outras.

A capacidade produtiva da pesca na comunidade ficou comprometida, por conta das indústrias de pesca implantadas na região nordeste paraense. Na medida em que se desenvolvem outra atividade relacionada à pesca, por exemplo, a pesca industrial, este trabalho ganha uma atenção para estes dois fatores: pesca industrial e pesca artesanal. Segundo Furtado (1990, p. 54) “estes dois campos se apresentam qualitativamente diferenciados no que tange à natureza de suas organizações sociais, relações de produção e de mercado, tecnologia, métodos de captura, formas de beneficiamento, percepção e apropriação do meio em que atuam”.

³ Armadilha feita de tala da marajá ou bacabeira: palmeira existente na Amazônia é construída em forma de circo com diâmetro de 1m e uma espia ou cerca do meio do circo para dentro da várzea.

⁴ Armadilha feita de tala de guarumã ou júpati: palmeira existente na Amazônia, construído em forma de cilindro com as duas entradas em forma de cone.

⁵ Jinga é uma espécie de remo de 3 a 3e ½ m de comprimento, atrelado na popa do batelão ou canoa o usuário sempre de costa para a proa e funciona de maneira à agarra-se com as duas mãos girar para a direita para a esquerda em 45° horizontal de forma a tração leve a canoa para frente.

⁶ As maiores amplitudes de maré são verificadas quando o Sol e a Lua (lua cheia e nova) estão alinhados; as influências desses astros se reforçam mutuamente, produzindo as maiores marés altas e as menores marés baixas; correndo em velocidade maior que outras marés, tanto na enchente quanto na vazante.

Em meados dos anos 1960 a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)⁷, passou a conceder incentivo fiscal para o setor pesqueiro, tendo em vista o mais beneficiado foram as indústrias de pesca, enquanto os pescadores artesanais sofreram efeitos do desinteresse do Estado (ALMEIDA;ALMEIDA, 2006). A falta de sensibilidade e de apoio do governo fragiliza a atividade da pesca artesanal, ganhando espaço as grandes indústrias pesqueiras (posso dizer indústrias criminosas), onde visam somente o lucro não se importam com a vida dos que vivem e sobrevivem da pesca artesanal e de todos os seres vivos que compõem a fauna. Lourdes Furtado (1990) destaca os malefícios da indústria de pesca no Estado:

(...) Tais evidências intensificam-se na razão direta da exploração pesqueira das empresas industriais sediadas na Amazônia e, particularmente no Pará. Estas, em geral, foram contempladas com recursos oriundos da política de incentivos fiscais, geridos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Importa porém, dizer que a ação destas empresas, não obstante os benefícios que têm gerado ao setor de exportação estadual, tem se revestido de práticas predatórias de efeito perverso, tanto para a natureza do ecossistema marinho, litorâneo, estuário e fluvial do Estado do Pará como para a sociedade, que tem nos recursos da natureza parte vital para sua sustentação. Predam a cadeia alimentar que tem um efeito direto sobre as espécies vivas desses ambientes, comprometendo a sua reprodução biológica o que, conseqüentemente, refletir-se-á nas condições objetivas da população que depende da pesca dessas espécies. (FURTADO, 1990, p.45).

Os pescadores artesanais tiveram suas atividades atingidas diretamente, por se tratar de uma modalidade de pesca predatória (arrastão⁸) que somente a indústria de pesca prática na região. Os pescadores artesanais ficaram prejudicados com a falta de pescado das espécies: piramutaba, pescada branca, dourada, bandeirado, arraia, bagre, entre outros⁹. Além das espécies, a pesca predatória e a pesca industrial levaram ao desaparecimento dos corais e dos criadouros de amurés¹⁰ que servem de alimento para muitas espécies de pescados, e, conseqüentemente, a perdas econômicas e sociais, a diminuição da capacidade produtiva e a evasão dos pescadores de suas áreas de pesca. Neste sentido, o modo de vida daqueles que depende do recurso pesqueiro foi afetado a ponto de muitas famílias irem à busca de outra forma de sustento trabalhando nas indústrias da capital (Belém), na agricultura, na prefeitura municipal, entre outros afazeres. Segundo relatório da SUDEPE, no ano de 1985, “foram destruídas cento e dezoito mil, novecentos e quarenta e sete toneladas (118.947 T.) de “fauna acompanhante¹¹” na pesca de camarão-rosa”. Furtado (1990, p. 46) também aponta a indústria

⁷ Agência criada pelo governo federal, com o objetivo de fortalecer economicamente os bens e serviços da região

⁸ Com o empuxo da embarcação industrial em operação de pesca, a rede de captura se fecha de tal modo que não permite a seletividade das espécies que acompanham os cardumes de camarão. O que é apesado, fora o camarão, é devolvido ao mar, porém já morto.

⁹ Destes os mais consumidos e comercializados pelos pescadores são piramutaba, pescada branca, dourada, bagre.

¹⁰ Uma enguia, da família *Eurialinos sp* utilizadas na captura de algumas espécies de pescado.

¹¹ Várias espécies de peixes e outros recursos vivos que são capturados na pesca industrial do camarão rosa

de pesca como causadora de grandes impactos socioambientais nas comunidades de pesca artesanal:

O problema parece mais complicado, quando se olha para a destruição dos estoques que a cada operação pesqueira dessa natureza se dá, sem o devido controle e fiscalização por parte da SUDEPE. E, por outro lado, se pensarmos nas dificuldades de abastecimento da população numa época já de crise alimentar.

Em vista de tudo que aconteceu no cenário da pesca artesanal na comunidade, segundo as narrativas dos coletivos, os que sentiram o impacto maior na economia foram os sujeitos que dependiam totalmente da pesca, sendo que nessa época o carro chefe era a atividade pesqueira. Em consequência do surgimento da pesca industrial, além dos desaparecimentos dos peixes, outros setores foram afetados, como a construção naval e a confecção de apetrechos de pesca. Ao longo dos anos a comunidade a que pertencemos foi se restabelecendo, principalmente na atividade da pesca, hoje o estoque de algumas espécies como piramutaba e dourada aparece com mais frequência, bem como a construção de embarcação (pequeno e médio porte) e a confecção e o conserto de apetrechos de pesca.

Os pescadores que ainda praticam suas atividades pensam na manutenção dos recursos pesqueiros. A preocupação presente está na degradação do ambiente, o uso indiscriminado de veneno nas hortas, na lavoura de dendê, pecuária e granjas que existem em torno do rio, além do desmatamento das matas ciliares. Na narrativa do senhor Ari Pantoja, agricultor (60 anos de idade), através da disciplina Antropologia da Saúde e Doença, relata que os principais problemas ambientais que existem na comunidade, são:

A poluição do rio, pois as pessoas jogam lixo na beira do rio. Antes, quando ia pescar com o papai, a gente não levava água pra beber, fazia chibé da própria água do rio; nos dias de hoje não dá pra fazer isso, pois em algumas partes encontramos muitos sacos e entulhos. E o outro problema é o desmatamento na margem do rio e dos igarapés. Cada vez mais a comunidade vem se desenvolvendo e, com o desenvolvimento, a paisagem natural tende de sofrer mudanças, tanto negativas quanto positivas. Por exemplo, as construções que têm na frente, tirando a visão de quem passam pelo rio, pois moramos na margem direita do rio Tauá; nem todos os moradores se deram conta disso, pra mim esse é um ponto negativo, e tantos outros. (Entrevista feita no 2º TC, 2016).

Para seu José (pescador, 67 anos de idade) um dos problemas mais graves é o desmatamento que fizeram nas margens do rio: “as pessoas não sabem o que estão fazendo cortando as árvores. É elas que dão a vida ao rio. Sem elas o rio seca... E aí, onde vamos pescar?”. (JOSÉ, 2º TC, 2016)

Apesar disso, nós pescadoras e pescadores continuamos com a arte de pescar, sustentando nossas famílias e promovendo também a partilha entre os vizinhos. Tudo isso faz parte do convívio e da rede de reciprocidade nas suas dimensões econômicas, social e espiritual dos coletivos. Como podemos ver no relato do pescador de 67 anos chamado Heli

“o que eu pescar não gosto de vender, reparto com a minha mãe, meus irmãos, tio e pra outras pessoas, assim vamos levando a vida” (Entrevista concedida em 2019).

Espírito Santo do Tauá é uma comunidade pesqueira, onde homens, mulheres, jovens, adultos e idosos praticam essa atividade e tem São Pedro considerado padroeiro dos pescadores, festejado no dia 29 de junho. Neste dia, os pescadores e pescadoras se reúnem em procissão fluvial (Figura 10) e terrestre (Figura 11) para celebrar e agradecer o santo pela proteção e por terem tido uma boa pescaria ao decorrer do ano.

Figura 10: Imagens da procissão fluvial.



Figura 11: Imagens da procissão terrestre



Fonte: Adenilse Borralhos, 2016

Também é momento de reivindicação de políticas públicas para a pesca artesanal, uma vez que as autoridades municipais se fazem presente no evento. Nós pescadoras e pescadores, discentes do curso de Etnodesenvolvimento e movimentos sociais construímos um protocolo de consulta no dia 31 de janeiro de 2017, abarcando as questões relativas às atividades petrolíferas da Bacia do Amazonas, esse documento foi protocolado no Ministério Público Federal – MPF. Promovemos também reuniões na escola e algumas comunidades vizinhas, alertando o risco desse empreendimento para a biodiversidade da região. A cultura empreendedora “desenvolvimentista”, imposta para a Amazônia destroi laços familiares, regras, tabus, rituais e lugares sagrados, que constituem a cultura e o modo de vida dos povos e comunidades tradicionais.

Os nossos antepassados repassaram sabedorias, que perduram até hoje entre os comunitários e isso é muito visível na fala e no sentimento das pessoas quando se trata dos recursos naturais. As pescadoras e os pescadores da comunidade, assim como de outras comunidades ribeirinhas do entorno, respeitam a natureza e os espíritos que nela vivem; acreditam, sobretudo, que agredi-la significa perder sua economia e abundância, executando a atividade com cuidado e obediência ao calendário e aos rituais de pesca (dia de Lua, semana

Santa, Corpus Christi, etc.). Em outros locais da Amazônia também foram observadas a ética do respeito nas relações de reciprocidade entre comunidades tradicionais de pesca e o ambiente onde elas vivem:

Apesar de tantas interferências exógenas ao ecossistema da várzea, apesar da dizimação de milhões de espécies vegetais e animais, existem ainda populações que vivem de forma harmônica nos dois ambientes (terra e água) onde a água representa assim como a terra, vida. As populações que habitam esses dois ambientes são denominadas, por mim de homens anfíbios. (FRAXE, 2000: p. 45)

A relação das famílias que habitam esses ambientes terra e água faz com que as pessoas busquem dinamismo e interação com o mesmo para obter resultados (coleta, pesca) mediante ao uso dos recursos naturais, essa relação dicotômica, proporciona a harmonia com florestas, rios, e têm valor simbólico para sobrevivência, dos recursos renováveis, bem como, das comunidades em geral. Sobre essa temática das famílias e seu cotidiano trataremos no tópico abaixo.

5 - Organizações das famílias

As famílias se organizam de acordo com o período das marés e a época do ano. De janeiro a junho, a pesca só ocorre nos rios da comunidade, devido o inverno amazônico. No verão, se pesca nos rios e no mar entre os meses de julho a dezembro. A pesca é voltada para a captura do camarão e algumas espécies de peixe, como pescada, bacu, filhote, bagre, pescada amarela, dentre outros. Os critérios obedecem à faixa etária que variam (crianças, jovens, adultos e idosos) ou questões de gênero. As divisões de trabalho são de acordo com o período do ano.

No inverno amazônico a pesca é feita basicamente por homens, isso pode acontecer entre membros da própria família ou em conjunto com outras pessoas do gênero masculino (jovens e adultos), no caso as crianças se houver necessidade de participação nas atividades da pesca estes somente fazem trabalhos leves como, por exemplo, cortar isca, secar a canoa, servir alimentos e observações no contexto das diversidades biológicas, práticas, técnicas e saberes sempre acompanhados por jovens ou mais velhos. Os mais jovens retiram a isca (amoré, minhoca e frutas etc.) enquanto os mais velhos organizam os apetrechos de pesca (espinhel e redes) para a captura do pescado.

No verão as pessoas se organizam da mesma forma que no inverno, porém, neste contexto, praticamente homens e mulheres praticam as atividades, a divisão de trabalho é feita de acordo com a faixa etária, a pesca é feita basicamente por homens e mulheres, isso pode

acontecer entre membros da própria família ou em conjunto com outras pessoas do gênero masculino e feminino (jovens e adultos).

Período de captura de pescado no ano verão é maior que no inverno, com a entrada da salinidade nos rios da região, a variedade de camarão, sardinha, pescada gó e outros peixes pequenos atraem os cardumes de piramutaba, bagre branco, dourada e pescada amarela, peixes de alto valor comercial, essa pescaria ocorre com maior frequência nesta região no período do verão que vai de Julho/agosto a dezembro/janeiro. O tipo de pesca é de arrastão, com rede malhadeira (quando a rede malhadeira vai arrastando no fundo do mar) e espinhel, atividade feita de forma a escorar no fundo do mar (ancorote ou apoitado “pedra”).

No período de captura de pescado no inverno a pesca se dar, mas no rio devido às chuvas, pouca às vezes os pescadores se arriscam e pescam no inverno, é com mais frequência próximo às praias.

Outros tipos de pesca no rio: pesca do camarão cascudo (matapi) dentro dos igarapés, pesca do estinhel pendurado as margem do rio, pesca do espinhel apoitado (pedras) no rio, pesca de tapagem, pesca de anzolada, tarrafa, bater beira, de dezembro/janeiro a abril/maio.

A questão organizacional dos sujeitos também tem participação das mulheres que exercem atividades tanto na pesca, quanto na organização social e política dos pescadores e pescadoras artesanais. Homens, mulheres e crianças estão presentes neste espaço de produção e de construção como demonstra o Quadro 2. Neste caso Almeida (2002, p.98) afirma “a manutenção de um padrão de divisão sexual do trabalho, com marcada distinção entre as atividades de um e outro sexo, parece ser relativa à condição econômica e ao ciclo de vida familiar” É importante mencionar que cada comunidade difere uma da outra, bem como na divisão de tarefas, na comunidade a qual pertencem às participações de gênero nas atividades dependem também da necessidade de cada família.

No meu 3º TC traz um pouco sobre essa temática da organização social, ressaltando a participação das mulheres, afirma então o senhor Moaci Fernandes “aos 25 a 30 anos atrás na comunidade de Espirito Santo do Tauá, as mulheres trabalhavam no processo de retalhar o peixe e colocar no sol para secar, essa atividade era feita somente pelas mulheres”.

Esse quadro já mudou, pois agora as mulheres estão dentro do processo também da pescaria não como mera participação, mas, como autora e protagonista, em uma das conversas que tive com algumas mulheres esposas de pescadores, elas se auto afirmaram pescadoras, por fazerem o mesmo processo que o homem faz na pescaria, tendo em vista que

existem falas que a mulher mesmo fazendo o que o homem faz, ela é somente uma ajudante ou acompanhante. Referente a esse assunto de gênero na atividade da pesca, Motta-Maués (1998) destacou a invisibilidade da mulher não só pelo sexo oposto como por elas próprias e principalmente dentro da própria comunidade “desde dentro, no nível interno da hierarquia entre os gêneros” (Ibid. p. 382). Mediante o relacionamento de amizade com os coletivos da minha pertença, percebi a falta de conhecimento desse assunto, por conta disso acontecem esses atropelos de direitos diante do papel social das mulheres e conseqüentemente a desvalorização no meio onde vive.

Na comunidade a qual pertença, não diferente das demais existentes no Brasil, a renda financeira e a divisão de trabalho vão de acordo com as condições de cada família. Florença (pescadora e mãe) diz: “eu nasci e me criei na pesca, tudo que sei aprendi com meu pai e com minha mãe hoje esse conhecimento serve para o sustento da minha família, sei pescar siri, camarão, peixe e também cato caramujo, caranguejo e sei fazer matapi”. (Entrevista concedida em, 2019).

O Quadro 2 inclui homens e mulheres crianças e idosos com faixa etária de 11 a 51 ou mais anos onde atuam com maior frequência na pesca, na roça e no extrativismo . Além das atividades que produzem rendimentos para a família (pesca, coleta de marisco e roça) há também outros rendimentos como renda de trabalhos assalariados e aposentados e pensionistas, bem como, beneficiários de programas sociais (bolsa Família), o quadro mostra bastante pessoas que são aposentadas mais que exercem suas atividades como complementos de renda.

Quadro 2 – Participação de homens, mulheres nas atividades econômicas na comunidade de Espírito Santo, por faixa etária.

Faixa etária	Atividades produtivas													
	Pesca (peixe)		Pesca (camarão)		Tiração de caranguejo		Roça		Extrativismo		Assalariados		Aposentados	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
11/14	5	1	4	-	-	-	4	6	10	5	-	-	-	-
15/18	9	2	9	2	-	-	5	8	10	5	-	-	-	-
19/30	10	4	10	5	10	-	7	8	9	6	-	-	-	-
31/40	6	4	10	8	10	2	8	10	9	6	-	-	-	-
41/50	10	8	10	9	7	1	8	10	8	4	4	4	-	-
51e+	10	6	6	4	-	-	7	9	5	-	5	4	10	9
Total	50	25	49	28	27	3	39	51	51	26	9	8	10	9

Fonte: Trabalho de campo, Dezembro 2018.

Esses dados se referem à pesquisa com sessenta moradores e moradoras da comunidade a qual pertencem, foram pesquisados dez pessoas por faixa etária, entre homens e mulheres, como está descrito no quadro 2.

No geral esses trabalhadores (as) exercem diversas atividades ao longo do ano (chamados de polivalentes) e incorporam um acervo intelectual intangível que contribuem para exercício de seus trabalhos. Destaque para o número de participante na pesca (peixe) com cinquenta homens e vinte e cinco mulheres; seguido da pesca de camarão com quarenta e nove homens e vinte e oito mulheres; na atividade da roça a maior participação é feminina sendo cinquenta e uma mulheres e trinta e nove homens; no extrativismo com maior participação masculina cinquenta e um homens e vinte e seis mulheres são os dados mais relevantes. Por serem dinâmicas, as mulheres contribuem para o reconhecimento na pesca artesanal, apesar de exercerem esta atividade, como menciona o quadro acima, ainda assim são discriminadas e aparecem como secundárias, são vistas como companheiras e não parceiras, todavia, isso vem mudando, com efetivas participações das mulheres nas discussões políticas de organização para o setor pesqueiro.

A divisão das tarefas em atividades diferentes (pesca, agricultura e extrativismo) conforme o gênero, a pesca no mar é atividade exclusivamente masculina; nos rios e igarapés ambos os sexos executam as atividades, inclusive os jovens e crianças; na roça as mulheres assumem um destaque maior; no extrativismo e na pesca de camarão a presença das mulheres é bem expressiva. Como se pode ver, a participação infantil nas atividades mencionadas é bastante reduzida, exceto quando não estão estudando, mas mesmo sendo esporádica a presença delas contribui na renda e na sua aprendizagem para desempenhar suas tarefas dentro da sua representação.

Papeis econômicos e politicamente sociais definidos por sujeitos familiares, com suas particularidades e especificidades, alongando e se redefinindo através de técnicas, práticas e observações de astros, análises, saberes e conhecimentos acumulados ao longo dos tempos. A esse respeito, Victor Toledo e Barrera-Bassols (2009) mencionam que:

(...) Os atores produtivos são, assim, o eixo desde onde se dá a engrenagem entre a dimensão do *kosmos*, a do *corpus*, e a da *praxis*. Por exemplo, a concatenação entre o calendário ritual (festas e celebrações), o calendário cognitivo (que testemunha, por exemplo, mudanças na floração, os ciclos de vida dos animais, os movimentos da Lua, as estrelas ou as constelações, as épocas de estabelecimento do ninho ou desova, etc.), e o calendário agrícola ou pesqueiro (e do resto das atividades produtivas). (TOLEDO, BARRERA-BASSOLS, 2009, p. 42).

A pesca na comunidade tem elementos específicos na captura de pescados, desde a construção de apetrechos de pesca, mapeamento da área de pesca, construção de embarcações, conhecimento dos ventos, período de pesca e localização das espécies por período do ano. Tudo isso é fator de preponderância nos saberes e fazeres dos pescadores e pescadoras da comunidade.

Os pescadores determinam que os produtos oriundos da pesca, sejam vendidos no mercado local, dando prioridade ao abastecimento da comunidade, no próprio município e o excedente é vendido para outros municípios. Em decorrência da falta de políticas públicas a figura do marreteiro é presente em todos os aspectos de produção da pesca artesanal. Os atores da pesca artesanal ficam totalmente dependentes dos intermediários (marreteiros) que se apropriam da maior parte do valor da produção realizada no mercado, pelo fato de fornecer o rancho (compras de alimentos), óleo diesel e outros, os pescadores são obrigados a venderem os peixes no valor estipulado pelos marreteiros, deixando apenas uma pequena parcela pelo trabalho extenuante das pescadoras e pescador.

O açaí também é vendido na comunidade, mas a maior parte é escoada para outros municípios; a produção de farinha e o pescado são para o consumo local. Mas ainda não há associações para organizar os extrativistas no beneficiamento do açaí e conseguir um preço justo no mercado para o produto da floresta de várzea.

6 - Justificativa

Nas pesquisas feitas nos Tempos Comunidades (TCs) ao longo do Curso de Etnodesenvolvimento foram diagnosticado as problemáticas que a escola da comunidade não discute, bem como as questões econômicas, políticas e sociais e saberes ligadas ao contexto

local. Neste sentido o Decreto 6.040 de 7 de Fevereiro de 2007, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, no Art. 3º dos objetivos específicos da PNPCT, inciso V, diz que garantir e valorizar as formas tradicionais de educação é fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social nos processos de formação educativos formais e nos não-formais. Aos povos e comunidades interessados, segundo o decreto supracitado, se garante o controle de sua formação educativa e como proposta de resistência e fortalecimento dos seus saberes. A educação problematizadora/libertadora é a melhor opção nesse contexto.

Diferente da educação bancária, a educação libertadora, que busca educar o homem na ação e reflexão sobre o mundo. Nesse sentido a educação bancária deixaria de existir, dando lugar a uma educação problematizadora, uma educação que acredita na capacidade de conhecer e interagir com esse conhecimento criticamente fazendo com que ele não seja o resultado final dele mesmo, mas sim, mediador de conhecimentos (...) (MARTINS et al. 2015, p.6)

O Plano de Ação “Etnoictiologia das pescadoras e pescadores artesanais do rio Tauá” se faz importante por ter a pesca ativa e significativa em nossa comunidade, hoje correspondendo a 25% da economia de autossuficiência de Espírito Santo do Tauá Colônia de Pescadores Z-27(2017). Os pescadores artesanais também exercem outras atividades produtivas, como coleta de frutas nas áreas de várzeas e floresta de quintais e roça de mandioca como complemento de renda e alimentação.

O trabalho de pesquisa dos TCs e o Plano de Ação no contexto da Etnoictiologia é uma das estratégias para consolidar na escola da comunidade os conhecimentos, fazeres e saberes de pescadoras e pescadores artesanais através do Caderno Didático, que ajudará os professores, alunos e membros da comunidade escolar, a discutir e entender a diversidade econômica, política, social e cultural da sua própria comunidade, incluindo a Etnoictiologia dos pescadores e pescadoras artesanais do rio Tauá.

No entanto, a escola ainda dispõe apenas de quadro e do livro como os principais recursos didáticos, mesmo que essa escola esteja ancorada no meio rural e tenha uma infinidade de riqueza biológica e cultural capaz de transformar e desenvolver com os meios tecnológicos, sem perder sua cultura ancestral, repassado de geração em geração. Para Canário (2000), a escola precisa estar em sintonia com as mudanças que acontecem no local, com as novas necessidades criadas e recriadas e com as expectativas de formação que vão se constituindo de acordo com o modo de vida e de trabalho, que também estão em transformação.

Neste sentido, este Plano de Ação pode ser usado como instrumento de fortalecimento da tradição através da inserção dos conhecimentos tradicionais na escola da comunidade dando ênfase às espécies de peixe e outros aspectos referentes, dentro de novas perspectivas educacionais.

Esta atividade requer atenção, planejamento e organização das famílias, conforme o calendário anual das espécies de pescado, apetrechos utilizados na pesca; escolha do local de pesca, isca a ser utilizada e canoa. Segundo Barros (2012, p. 297) “Para cada espécie de peixe utiliza-se um ou mais tipos de apetrechos, que pode se mostrar mais eficiente de acordo com a espécie, o local de ocorrência e a época do ano”.

É relevante destacar a necessidade do estudo profundo das espécies de peixes que existem na região (rio) da comunidade, algumas dessas espécies são conhecidas por muitos moradores, mas desconhecidas por boa parte das crianças e jovens. Para agravar a situação, o PPP da escola não contemplava a realidade local, mas partir das intervenções dos discentes do Etnodesenvolvimento foi feito reuniões com a comunidade escolar para reelaboração do PPP da escola Francisco Solano, onde as representatividades (associações, igrejas, pescadores e pescadoras, extrativistas entre outras) da comunidade pudessem participar. Então nos produzimos convites e divulgamos na comunidade, foi um momento de grande relevância, a participação foi bem expressiva e democrática.

É importante ressaltar aqui, que para reelaboração do PPP, tanto os conhecimentos empíricos como os científicos (textos teóricos), foram norteadores para novas propostas, como abarcar a realidade das famílias dos alunos, bem como os aspectos sociais, econômicos, culturais e religiosos, foram considerados enquanto assuntos importantes para o currículo escolar, assim dando um passo na promoção de uma educação diferenciada que objetivou o Caderno Didático aqui mencionado.

Essa pesquisa é essencialmente importante para o levantamento de conteúdos como profícua utilização escolar, assim como poderá ajudar compreender os problemas socioambientais decorrentes de políticas públicas desastrosas voltadas para a pesca em grande escala (pesca industrial), motivo pelo qual declinou a pesca artesanal na comunidade e também ajudará a diversificar e tornar democrático o inadequado currículo da escola e o PPP¹², que não tratam da realidade e o modo de vida das pessoas da comunidade tradicional de Espírito Santo, especialmente através das disciplinas de Geografia, Ciências Naturais, com

¹² Informações obtidas através dos meus estágios de docência, promovido pelo Curso de Etnodesenvolvimento.

a inserção do Caderno Didático visibilizará o ensino diferenciado e problematizado, também pode servir de aporte teórico para futuras pesquisas científicas na área da pesca.

No artigo 210 da Constituição Federal é definido que serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. Lei 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como nos Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural. Destaca-se que esta Base Comum Nacional (70% dos conteúdos curriculares), deverá ser complementada com 30% de conteúdos regionais, a fim de se garantir a inclusão cultural e diversificação dos currículos escolares adequando-os às diversas realidades que caracterizam o país.

Neste sentido, é importante destacar os direitos dos povos interessados, garantido na Constituição Brasileira de 1988_Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT de 2004, sobretudo seus respectivos direitos a terra e de suas condições de trabalho, saúde e educação (Constituição Federal do Brasil de 1988 Art. 215 e 216). No artigo 215 a Constituição determina que o Estado garanta a todos o pleno exercício dos direitos culturais que passa pelos sinais distintivos da identidade dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira, suas formas de expressão e seus modos de criar, fazer e viver.

O direito de viver a vida de acordo com suas especificidades se encontra disposto no inciso II do art. 216 da Constituição Federal de 1988, bem como do que pode ser extraído da Convenção de n.º 169 da OIT, que trata dos “povos indígenas e tribais¹³”. Neste sentido o espaço enquanto território busca a premissa de construção, “portanto, é o conjunto de seres, espíritos, bens, valores, conhecimentos, tradições que garantem a possibilidade e o sentido da vida individual e coletiva” (LUCIANO, 2006). Todo esse conjunto de conhecimentos dos povos, bem como os nossos de comunidades tradicionais devem fazer parte dos currículos escolares, não de maneira superficial (como datas comemorativas), mas pensar os processos de ensino/aprendizagem a partir das vivências, culturas, línguas, linguagens, religiões e outros aspectos relevantes à realidade a qual estamos inseridos.

(...) A educação escolar oferecida aos povos indígenas durante séculos sempre teve como objetivo a integração do índio à sociedade nacional, sem respeito às diferenças culturais e linguísticas. Era uma educação de branco, da cultura do branco para os índios. Em outras palavras, a escola servia para o branco ensinar ao índio a ser e a viver como ele (...) (LUCIANO, 2006, p.148)

¹³ Promulgada pelo Brasil por meio do Decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004, 19 § 1.º, do art. 5.º “As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”.

Não diferente de muitas comunidades indígenas, a escola nas comunidades tradicionais não contempla a realidade cultural dos saberes e vivências do povo. Hoje o que temos é o legado dos europeus, que sempre negaram que os povos e comunidades tradicionais, incluindo os pescadores que os conhecimentos, saberes e fazeres fossem utilizados nos seus meios culturais para promoção educacional. Como meio de resistência ao eurocentrismo o etnodesenvolvimento por meio da pesquisa-ação aqui proposta, propõe a inserção do Caderno Didático na escola acerca de conhecimento etnoictiológico no contexto de valorização e fortalecimento ancorado na educação dialógica e problematizadora e nos vigentes artigos da Convenção 169.

De acordo com os artigos 26 da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho- OIT. Deverão ser adotadas medidas para garantir aos membros dos povos interessados a possibilidade de adquirirem educação em todos os níveis, pelo menos em condições de igualdade com o restante da comunidade nacional. Já no artigo 27, determina-se que os programas e os serviços de educação destinados aos povos interessados deverão ser desenvolvidos e aplicados em cooperação com eles a fim de responder as suas necessidades particulares, e deverão abranger a sua história, seus conhecimentos e técnicas, seus sistemas de valores e todas suas demais aspirações sociais, econômicas e culturais.

Desta forma, pretendemos trabalhar o Plano de Ação na comunidade, dando ênfase aos conhecimentos etnoictiológicos das pescadoras e pescadores artesanais tais como: os nomes populares e científicos dos peixes; os pontos de pesca; tipo de isca e apetrechos; habitat e comportamento dos peixes. Pretende-se também contextualizar os saberes e conhecimentos dos pescadores em suas crenças, festividades, rituais, simbologias; identificação dos tabus, regras e simpatias, e morfologia trófica do peixe.

Os conhecimentos dos pescadores sobre a biodiversidade local contribuíram para aquisição de informações durante os TCs que embasam a construção deste Plano de Ação e do Caderno Didático Etnoictiológico para a escola da comunidade de Espírito Santo. Este Caderno Didático Etnoictiológico tem como público-alvo os alunos do 7º ano nas áreas de Ciências Naturais e Geografia. Além de contribuir para a formação dos discentes, o Plano de Ação e o Caderno Didático Etnoictiológico, servirão para capacitar coordenadores e professores da escola para um melhor entendimento da cultura local. Não tenho dúvidas dos desafios que surgirão, por se tratar de uma educação diferenciada, onde discutir identidade e culturas específica dos pescadores, ribeirinhos, agricultores, extrativistas entre outras, exige dedicação e esforço da parte dos coordenadores pedagógicos, quanto dos órgãos relacionados ao sistema educacional.

Embora existam leis que trate dos direitos educacionais para povos e comunidades tradicionais, mas o governo não cria condições para garantir esses direitos, onde possamos ter uma Educação que fale nossa língua. O Caderno Didático Etnoictiológico é uma ferramenta de possibilidades como não falar de enfiamentos dentro do cenário educacional, como exemplo a Secretária Municipal de Educação- SEMED que têm pouco conhecimento sobre educação diferenciada voltada para a realidade local.

Mediante essas problemáticas temos a responsabilidade com os rumos da escola, ou seja, de poder decidir sobre o ensino que se quer, o Caderno Didático é um passo e uma ação de etnodesenvolvimento para novas propostas de educação e visibilização dos conhecimentos das pescadoras e pescadores artesanais. É o que trataremos agora.

Em conversas com os pescadores de Espírito Santo, são mencionados alimentos preferenciais de algumas espécies: a tainha (*Mugil sp*) gosta de “lodo e lama”; o boto come todos os tipos de pescado; o filhote (*Brachyplatystoma filamento sum*) come pescada; a pescada branca (*Cynoscion leiarchus*) gosta muito de camarão. Na bibliografia científica consultada, também há registro de conhecimentos tradicionais de pescadores sobre preferências alimentares de recursos pesqueiros, como insetos, por exemplo, (MOURÃO; NORDI, 2003, p. 15).

Os habitats costumeiros de algumas espécies como o bacú que vive nos poços e pedregulhos e tem hábitos noturnos se alimenta de frutas e carne de peixes ele aparece também como uma das espécies mais consumida, mas também tem restrições como reimoso. A dourada (*Brachyplatystoma flavicans*) e piramutaba (*Brachyplatystoma vaillant*) segue padrão com poucas diferenças ambos têm comportamentos semelhantes vivem em poços no fundo, comem carne de outros peixes, sardinha e amoré, sobem os rios para a desova e são bastante consumidos, também tem restrições são reimosos.

A relação dos pescadores (as) com a floresta se dá através do rio, igarapés e igapós, as suas técnicas de pesca dependem do curso da maré, quando a mesma está em lançante¹⁴ é preferível pescar nos igapós; e quando a maré está de quebra ou reponta (quando não corre) preferem pescar no rio porque dá mais peixe. Também utilizam variados tipos de isca para a captura de pescado como: sardinha para a captura de pescada e filhote, os locais de pesca é estratégico para a captura de pescado, um exemplo: entre uma pedra e outra, ou um pesqueiro (local de maior quantidade de peixe), o universo da pesca abarca tudo isso, bem

¹⁴As maiores amplitudes de maré são verificadas quando o Sol e a Lua (lua cheia e nova) estão alinhados; as influências desses astros se reforçam mutuamente, produzindo as maiores marés altas e as menores marés baixas; correndo em velocidade maior que outras marés, tanto na enchente quanto na vazante.

como as crenças nos tabus, simpatias, regras e critérios, sobre esse tema (ver no tópico 10 do Caderno Didático em anexo).

De acordo com os comunitários, existem centenas de espécies de peixe do rio e do mar, também os pontos de pesca¹⁵, sobre esse assunto veremos no tópico 7 do Caderno Didático que trata de conhecimentos etnoictológico das pescadoras e pescadores do rio Tauá.

Portanto, a manutenção destes saberes é importante para a atividade pesqueira e, mais do que isso, para a manutenção de um modo de vida associado à pesca. Conforme Ronaldo Soares (pescador, 45 anos de idade):

Muitas espécies adentram nos manguezais para se alimentar de caranguejo, siri, camarão, frutas, lodo, lama e sarará, espécies como bacú, bagre branco, arraia e piramutaba são os mais frequentes, também fala que este ecossistema funciona como filtro para os rios, igarapés e mar além de alimentar e servir de berçário para muitas espécies marinhas contribui para a manutenção econômica e social da comunidade, que vê na floresta uma aliada para o ser humano e para o mundo. (Entrevista concedida em 2018).

Neste sentido pretendemos trabalhar o Plano de Ação dando visibilidade à diversidade econômica, política e social dos (as) pescadores (as) artesanais de Espírito Santo do Tauá, na perspectiva de manutenção da atividade de pesca. Visibilizar o trabalho que envolve o inventário dos peixes na escola da comunidade; manter vivos os saberes, fazeres e conhecimentos tradicionais; conservação da biodiversidade local e manutenção da cultura dos pescadores criança/jovens/adultos, homens e mulheres que sempre estiveram à margem das políticas de fomento para a categoria. Para tanto, penso que é necessário o coletivo se apossarem das informações sobre como se dá o processo do sistema que regulamenta as políticas ditas para os povos e comunidades tradicionais, para que possa auxiliar nas ações locais.

O Plano de Ação a ser desenvolvido na comunidade requer atenção para a Etnoictologia das pescadoras e pescadores artesanais. Segundo Marques (1995, apud. BARROS, 2012, p.293) a Etnoictología que estuda o modo como o conhecimento, os usos e os significados dos peixes, ocorrem nas diferentes sociedades humanas. Para os pescadores e pescadoras de Espírito Santo, o contexto citado acima se refere aos conhecimentos tradicionais repassados pelos seus pais e os povos que viveram nesta região.

As maiorias dos nomes dos peixes identificados no rio Tauá são de origem indígena (Tucunaré, Jacundá, Aracú, Acará, Bacú, Carataí, Acarí, etc.) e muitos são usados na cura de doenças e na fabricação de artesanatos. Em diversas comunidades, como em Espírito

¹⁵Os ribeirinhos utilizam o termo “pontos de pesca” para designarem os locais considerados bons para pescar (BARROS, 2012)

Santo, há restrição e significados a alguns tipos de peixe, relata então a senhora Francisca Correa de 91 anos, moradora da comunidade: “A pessoa que come o bucho da pescada quando fica doente não sente fadiga” (Entrevista concedida em, 2018).

(...) Neste contexto, cada vez mais a Etnoecologia deveria ser valorizada como elemento relevante a ser considerado em programas de conservação da natureza, particularmente em áreas protegidas (AP's), uma vez que estas envolvem mais de perto a participação de cientistas e Instituições preocupados com a preservação dos ecossistemas e seus respectivos recursos naturais (...) (BARROS, 2012, p.293).

Em vista que o etnodesenvolvimento está dentro de uma perspectiva e ação coletiva ao desenvolvimento de práticas (saberes) de povos e comunidades tradicionais. A comunidade a qual pertencço, posso dizer que por muito tempo já exerce ação coletiva, bem como nas práticas (da pesca, extrativismo, agricultura entre outras) que vem sendo utilizadas desde os nossos antepassados, visam o etnodesenvolvimento. Diante desse contexto, procuramos nos organizar dentro de uma logica coletiva onde atuamos com autonomia, as decisões e reivindicações diante dos interesses capitalistas que chegam destruindo nossos modos de vida em todos os sentidos.

(...) o principal nível no qual se trabalha o etnodesenvolvimento é o local, justamente porque é nesse nível onde existem maiores oportunidades para os grupos étnicos exercerem influência nas decisões que lhes afetam e, como consequência, promover mudanças nas suas práticas econômicas e sociais (...) (LITTLE, 2002, p.8)

Busca também conciliar o desenvolvimento econômico, com o respeito às culturas e as tradições dos povos que compõem à sociedade, na perspectiva da participação e protagonismos dos coletivos, tal como postula Stavenhagen (1985: p. 57): “O etnodesenvolvimento significa que uma etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses”.

É importante que a comunidade tenha entendimento e conhecimento do teor da palavra etnodesenvolvimento, que se refere ao desenvolvimento do homem dentro de uma perspectiva sustentável no meio em que faz parte. Sendo um instrumento de valorização cultural, inovador, e contra os projetos ditos “desenvolvimentistas” impostos pelo sistema do agronegócio. Essa dinâmica de valorização e fortalecimento de culturas e da história a nossa comunidade já vem praticada pelos sujeitos da floresta e dos rios por meio da oralidade em geração e geração, é necessário também que seja registrado todos esses saberes para que não venham se apropriar dos nossos conhecimentos.

O conceito de etnodesenvolvimento se forma então, como um contraponto crítico e alternativo as teorias e às ações desenvolvimentistas e etnocidas que tomavam as sociedades indígenas e as comunidades tradicionais em geral como obstáculos ao desenvolvimento, a modernização e ao processo (VERDUM, 2002, p.88).

Nós precisamos estar alerta e atentos quando chegam pessoas nas nossas comunidades com pensamento de modernização e progresso, analisar se esses modelos se adequam com a nossa realidade, pois quem faz etnodesenvolvimento nas nossas comunidades somos nós e não os que vêm de fora.

Neste sentido de protagonismo, junto com a comunidade escolar e as próprias pescadoras e outras representatividades, achamos importante documentar em um Caderno Didático Etnoictiológico os saberes e conhecimentos sobre as espécies de peixes existentes no rio Tauá. Além de valorizar e visibilizar esses conhecimentos tradicionais dentro e fora da comunidade, a produção do Caderno Didático feito a partir da pesquisa-ação com as pescadoras e pescadores servirá de instrumento pedagógico para a escola da comunidade. Será de suma importância esse material para a mesma, uma vez que os alunos poderão pensar sua própria realidade, nas áreas de Geografia discutindo várias dimensões do território tradicional (espaço físico, moradia, de pesca, etc.) e das Ciências Naturais (taxonomia de peixes, costumes, hábitos, etc.). Todo esse conjunto de saberes é um marco diferenciado, contra os modelos de desenvolvimento ditos pelo sistema capitalista onde só visa lucro e não bem-estar da comunidade.

Portanto, a expectativa desse trabalho acadêmico é fortalecer e valorizar os conhecimentos empíricos da comunidade de pesca a qual eu pertença fazer com que a escola seja uma ferramenta de produção destes nossos conhecimentos.

7- OBJETIVOS:

7.1 Objetivo geral

Efetivar o Caderno Didático Etnoictiológico na escola da comunidade de Espírito Santo do Tauá, a partir dos saberes locais da Etnoictiologia dos pescadores e pescadoras artesanais.

7.2 Objetivos específicos

a) Apresentar o Caderno Didático Etnoictiológico elaborado pelos coletivos, para a comunidade escolar.

b) Desenvolver oficinas de formação com a coordenação escolar e com os docentes da escola que ministram as áreas de Ciências Naturais e Ciências humanas (Geografia, História e Estudos Amazônicos).

c) Buscar parcerias aos órgãos municipais e instituições para ampliar a produção do Caderno Didático.

8– METAS

Organizar um seminário de entrega do Caderno Didático Etnoictiológico para a escola Francisco Solano, com a participação dos sujeitos que fizeram parte desse trabalho, com carga horária de 05 h.

Realizar oito oficinas para a qualificação de 15 profissionais da educação, entre eles docentes, coordenadora da escola, com carga horária de 10h cada oficina.

9– METODOLOGIA.

A ideia de construir esse Plano de Ação se deu a partir do cenário da atividade da pesca em termo de visibilização dentro do âmbito escolar, foi feito então reunião com a comunidade escolar, pescadoras e pescadores entre outras representações da comunidade (primeiro passo do Plano de Ação) para a escolha do tema. O Plano de Ação é uma pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo, e tem como metodologia a pesquisa-ação. Thiollent (1985) refere que a pesquisa-ação, é o envolvimento entre os pesquisados e o pesquisador, onde os problemas daquele grupo estudado sejam investigados.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concedida e realizada em estreita associação com uma ação ou com resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modos cooperativos e participativos. (THIOLLENT, 1985, P.14).

Seguindo esse contexto para a realização das oficinas os temas que serão trabalhados terão base na concepção de uma educação problematizada/libertadora (FREIRE, 1987). As oficinas na escola da comunidade, contarão com a participação das pescadoras e pescadores artesanais, através dos seus relatos, experiências, práticas, saberes e fazeres do cotidiano (coletivos e individuais), bem como, os textos produzidos neste Plano de Ação. O público envolvido na oficina de formação serão professores, gestor escolar, coordenação pedagógica e nós discente do Curso de Etnodesenvolvimento, um total de 15 pessoas.

A forma como serão trabalhados os temas em sala de aula, será a partir das atividades dadas pelos professores das respectivas áreas de conhecimento, seguindo o Caderno Didático mencionado aqui nesse texto. A sugestão para os professores de como se trabalhar o Caderno Didático com os alunos será através de pesquisa, entrevistas, palestras, seminários, rodas de conversas, produção textual, poesias, versos, entre outros dentro no

contexto da diversidade cultural, política e econômica local. As oficinas terão base nos autores Paulo Freire (2000), Aubert *et al.* (2016), entre outros.

No que diz respeito à área de Geografia será construído uma cartografia social do território da pesca da comunidade junto aos pescadores e discentes do Etnodesenvolvimento, sobre as áreas de pesca, fazendo relações com o município, estado e o país, no contexto Amazônico; será trabalhada também a economia a partir do pescado, hidrografia, os dilemas socioambientais causadas pelas indústrias de pesca entre outros. Na área de Ciências Naturais serão abordados os temas: meio ambiente nutrição e saúde; biodiversidade; desmatamento e paisagens antrópicas.

Se pensarmos no tema gerador PEIXE, para citar um exemplo, diversos assuntos seriam abordados para o uso do Caderno Didático na escola: Quais as espécies de peixes existem no rio Tauá? Qual valor nutricional tem determinada espécie? Qual a etimologia da palavra? Qual espécie habita em determinado local ou tipo de água? O que comem? Como se comportam? São alguns questionamentos que provocariam o ensino-aprendizagem numa perspectiva de educação problematizada e diferenciada potencialmente conciliadora de saberes empíricos e científicos.

Neste sentido, o artigo 29 da Convenção 169 da OIT diz que: “Um objetivo da educação das crianças dos povos interessados deverá ser o de lhes ministrar conhecimentos gerais e aptidões que lhes permitam participar plenamente em condições de igualdade na vida de sua própria comunidade e na da comunidade nacional”.

Isso significa que todas aquelas pessoas que vivem em condições desiguais, têm direito de serem tratadas com desigualdade quando sua cultura lhes difere do outro, e de ser diferente quando se encontra em situação de igualdade. Freire (1996) menciona o respeito às diferenças e como o sujeito educador (a) poderia mudar essa realidade.

(...) A professora democrática, coerente, competente, que testemunha seu gosto de vida, sua esperança no mundo melhor, que atesta sua capacidade de luta, seu respeito às diferenças, sabe cada vez mais o valor que tem para a modificação da realidade, a maneira consistente com que vive sua presença no mundo, de que sua experiência na escola é apenas um momento, mas um momento importante que precisa de ser autenticamente vivido. (FREIRE, 1996, p. 43).

Os povos da floresta buscam viver conforme suas especificidades, como no caso Espírito Santo do Tauá. No entanto, no sistema de educação formal os alunos não vivenciam sua realidade dentro da escola, ou seja, o cotidiano não é problematizado com eles na sala de aula. Isso só pode mudar quando a comunidade escolar escolher que tipo de concepção pedagógica a escola poderá adotar. Dentro dessa possibilidade Paulo Freire (1996) pondera

sobre o possível compromisso e importância do educador/a enquanto transformador/a na sociedade.

(...) O que se coloca à educadora ou ao educador democrático, consciente da impossibilidade da neutralidade da educação, é forjar em si um saber especial, que jamais deve abandonar saber que motiva e sustenta sua luta: *se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode*. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante. O que quero dizer é que a educação nem é uma força imbatível a serviço da transformação da sociedade, porque assim eu queira, nem tampouco é a perpetuação do "status quo" porque o dominante o decreta. O educador e a educadora críticos não pode pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar. E isto reforça nele ou nela a importância de sua tarefa político-pedagógica (...) (FREIRE, 1996, p. 43).

Para tanto a educação problematizada/libertadora é a melhor e se faz necessária para a transformação de uma sociedade ou um povo, portanto é a concepção de educação e de ensino capaz de tornar possível a efetivação do etnodesenvolvimento, ao lado de aspectos econômicos, socioambientais e políticos. Todavia essa é uma realidade que os opressores não querem que os oprimidos alcancem, por isso frustram os homens não permitindo que eles atuem como seres sujeitos de suas ações, sujeitos que possuem opção de agir diferente, em seus grupos de pertença.

10-Educação bancária e Educação Libertadora

Na educação bancária o aluno é o banco em que o professor deposita o seu saber que vai render largos juros em favor da ordem social que o professor representa. Para Paulo Freire erradamente tanto aluno quanto professor se transforma em arquivos:

[...] Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. [...]. (Freire, 1987, p. 58).

Na visão de educação bancária aqueles que têm o conhecimento e se julgam por si só, transferem estes conhecimentos para aqueles que considerados uma tábula ou depósito a quem julgam não saber nada. Porém, a educação problematizada/libertadora tem uma visão contrária, como podemos conferir no próximo parágrafo.

A educação problematizada/libertadora sugere que o educador-educando, o conteúdo programático da educação não são uma doação nem uma imposição, mas a revolução organizada e sistematizada, acrescentada ao povo daqueles elementos que o outro lhes entregou de forma desestruturada. Nas palavras do autor:

[...] a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária”, mas um ato cognoscente. [...] (FREIRE, 1987, p. 68)

Assim, o método de ensino na educação bancária consiste na narração, é a técnica usada pelo educador para depositar conteúdo nos educandos e conduzi-los à memorização mecânica. Na educação libertadora, o método de ensino é marcadamente reflexivo e problematizador, combinações indispensáveis para o desvelamento da realidade e sua apreensão consciente pelo educador e pelo educando.

Na forma bancária de ensinar a visão da educação, do saber, é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber; doação que se funda numa manifestação instrumental da ideologia de opressão - a absolutização da ignorância. Na educação problematizada/libertadora, a ação dialógica só se dá coletivamente, entre sujeitos de maneira democrática e participativa, onde professores e alunos possam aprender um com os outros. Sendo assim ensinar não é transferir conteúdo a ninguém, assim como aprender não é memorizar o perfil do conteúdo transferido no discurso vertical do professor (Freire, 1996, p.45).

A pseudo aprendizagem na educação bancária consiste no conhecimento é algo que, por ser imposto, passa a ser absorvido passivamente. Ao contrário, na educação problematizada/libertadora o comprometimento com a transformação social é a premissa da educação libertadora, essa transformação passa pela apropriação ativa do conhecimento científico e seus instrumentos para ação no mundo e construção de novas sínteses em interação com o conhecimento tradicional, popular.

Nós, moradores de comunidades tradicionais, só teremos uma educação voltada para nossa realidade quando houver uma mudança no sistema de ensino educacional brasileiro que leve em consideração as diferenças socioculturais dos povos amazônidas e de outras regiões do Brasil.

Em muitas situações de descaso com a educação, nossa escola não é diferente, parece que os alunos e professores estão em um barco sem direção com poucas possibilidades chegar a algum lugar. O texto de Aubert, et al (2016) abordará três concepções de educação (Objetiva, construtivista e a dialógica) vejamos o que diz cada uma delas:

Concepção objetiva: da realidade, o ensino se reduz a transmissão de informações e aprendizados, um processo de assimilação e repetição dessa informação. Concepção construtivista: quando diz o ensino está centrado no indivíduo, não acompanha as práticas sociais (educação bancária). Concepção dialógica: é produzida em diálogos igualitários, em interações nas quais é reconhecida a inteligência cultural de todas as

peças e que são direcionadas à transformação dos níveis prévios de conhecimento e do contexto sociocultural, de modo que seja possível avançar até o sucesso de todos e todas (AUBERT et al, 2016).

Parafrazeando com os autores acima, a concepção objetiva e construtivista está presente no ensino aprendizagem da escola estudada, mesmo dita pela gestão escolar uma escola democrática, infelizmente o sistema educacional das escolas do município a qual pertencemos, como também outras realidades, seguem esse modelo de concepção de educação, onde sabemos que não é tão atrativa, a ideal seria a concepção dialógica, pois a educação tende ser dinâmica, transformadora, libertadora e problematizadora para assim formar sujeitos que venha fazer diferença dentro de seus espaços, respeitando e valorizando os modos de vida dos coletivos da comunidade.

11-Possibilidade educacional em Espírito Santo do Tauá

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbitrário, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho se não viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim, a distância entre o que fizemos e o que fazemos. (FREIRE, 2000, p. 67).

Se pensarmos a educação nesta linha de pensamento teremos um grande desafio, mas será gratificante, não podemos ficar de braços cruzados diante da situação degradante e sem dinamismo, tornando as crianças e jovens sem entusiasmo e vontade de transformar um mundo mais possível de viver, só através da educação ou a depender do tipo de educação que o ser humano poderá fazer um mundo melhor.

As diversas possibilidades apontadas para a reorganização dos currículos escolares sejam integradas, inter, multi ou transdisciplinares não rompem as barreiras que são históricas na organização escolar. Barreiras estas, com o espaço, o tempo ou a própria metodologia de trabalho em sala de aula são permanências no histórico da educação. Quando, por exemplo, o professor define o conteúdo conforme seu ponto de vista do assunto, tornando-se monólogo e não um processo educativo dialógico, libertador/problemático, como, acreditamos ser necessário, uma vez que a escola deve ser um espaço democrático.

A proposta do Caderno Didático por nós construído aporta-se na concepção de educação onde os sujeitos possam expor e produzir seus pensamentos, sendo críticos, reflexivos e argumentativos, e não alheios à realidade comunitária e à realidade da sociedade nacional. Sobretudo, a educação é um mecanismo importante na transformação dos sujeitos e da sociedade em modo geral, sem ela ficaria difícil alcançar a visibilidade dos conhecimentos empíricos dos coletivos, que está contido no Caderno Didático. A utilização do material

mencionado poderá produzir novas aprendizagens a partir do olhar de pertença (pescadora) e que reflete a trajetória histórica, os conhecimentos da memória, as narrativas dos anciões, modo de fazer, suas técnicas tradicionais e outros aspectos relevantes da atividade da pesca, é neste sentido que o Caderno também se centra no estudo das espécies de peixe.

A pesca exige conhecimento em suas práticas e a abundância do pescado depende muito de onde se pesca e a forma como se pesca. A continuação desta abordagem está em anexo no Caderno Didático, no tópico 8 que trata dos nomes populares e científicos dos peixes, iscas, habitats e costumes.

Contudo destacar aqui os locais de pesca na visão das pescadoras e pescadores artesanais, bem como sua representação particular do espaço do seu dia a dia. Segundo Dorsa (2015, p.37) “o mapa mental pode representar a jornada pessoal de cada indivíduo, é a vivência expressada no papel, estes são os mapas que construímos ao longo da trajetória de vida com os lugares, paisagens e territórios experienciados”. Neste sentido o mapa mental foi construído a partir dos conhecimentos e experiências dos sujeitos da pesca. Esta dinâmica de mapear a área onde foi feita a pesquisa contribuirá na produção de conhecimento, e valorização dos saberes local, como a inserção de informações sobre complexo de ilhas, rios, igarapés, água e vegetação O mapa mental construído pelos pescadores, pescadoras e discente de Etnodesenvolvimento da comunidade de Espírito Santo do Tauá pode ser visto no tópico 13 do Caderno Didático Etnoictiológico em anexo.

Os interlocutores têm uma linguagem própria para identificar, a morfologia externa dos peixes, como pode ser visto no tópico 11 do Caderno Didático Etnoictiológico em anexo.

Os peixes têm fundamental importância na alimentação do ser humano, as composições químicas existentes na carne desses animais podem influenciar no bom funcionamento do organismo das pessoas, segundo o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (2006). A partir deste parágrafo o texto completo está no anexo do Caderno Didático Etnoictiológico no tópico 12.

O quadro 4 a seguir demonstrará o esboço dos temas, habilidades, procedimentos e os sujeitos envolvidos. Ou seja, uma sugestão para os professores das referentes disciplinas, de como preparar seu plano de ensino, utilizando-se do Caderno Didático sugerido por nós.

Quadro 4 – Esboço dos eixos temático que compõem o Caderno Didático.

Geografia - 7º Ano				
PERÍODO	TEMAS	HABILIDADES	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	SUJEITOS ENVOLVIDOS E SEU PAPEL
1º BIMESTRE	<ul style="list-style-type: none"> -A Região Amazônica. -A Amazônia e suas características. -Indústria de pesca na Amazônica. -Os grupos sociais e seus modos de trabalho. -Cartografia social. -Paisagens e as ações humanas. 	<ul style="list-style-type: none"> -Identificar a semelhança das espécies de peixes da comunidade. -Caracterizar sua população, suas riquezas naturais, florestas, clima, solo e seus rios, dando maior ênfase na realidade do aluno. -Identificar as indústrias pesqueiras existentes na região do Salgado. -Desenvolver pesquisas, coletas de dados. 	<ul style="list-style-type: none"> -Promover trabalho de pesquisa e leituras do conteúdo em estudo. -Entrevistar pescadoras e pescadores. -Elaborar seminários em sala de aula, a partir das pesquisas, observações feitas pelos alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Os pescadores: assumiriam o papel ativo colaborando com as informações acerca da geografia do rio, identificação dos pontos de pesca, hidrografia, identificações dos peixes e seus nomes populares, costumes, hábitos alimentares, habitat natural por meio de palestras. -Os professores e coordenação pedagógica, bem como o gestor da escola, em posse do Caderno Didático produzir o Currículo da escola as informações da mesma, desenvolvendo assim uma educação diferenciada e levando em conta a realidade dos educandos.

Ciências Naturais- 7º Ano				
PERÍODO	TEMAS	HABILIDADES	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	SUJEITOS ENVOLVIDOS E SEU PAPEL
1º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> - A taxonomia dos peixes. -Os nomes populares e científicos. -Os valores nutricionais. -Hábitos alimentares, iscas, costumes, habitats. -Coloração da água do rio. -Tabus regras e simpatias. -Meio ambiente. -A pesca industrial e seus impactos sócios ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a parte externa do peixe a partir da linguagem popular e científica. -Identificar os peixes mais pescados. -Pesquisar sobre as proteínas dos peixes e suas funções no organismo humano. -Buscar informações sobre a vida dos peixes, a cor da água do rio e o respeito com rio e a mata. 	<ul style="list-style-type: none"> -Promover feiras culturais onde os alunos exponham os desenhos dos peixes. -Organizar rodas de conversas com os detentores de conhecimentos locais. -Elaborar seminários e teatro com a temática referente. 	<ul style="list-style-type: none"> -Os pescadores e pescadoras através das conversas socializariam seus conhecimentos sobre os peixes, desde os nomes populares aos outros assuntos pertinentes. -Os professores e coordenação pedagógica a partir das informações concedidas pelos colaboradores adaptariam seus planos de aula dentro da realidade do seu alunado.

Fonte: Elaborado pela autora (Adenilse Borralhos, 2018).

O Plano de Ação em etnodesenvolvimento resultou na produção do Caderno Didático Etnoictiológico com participação dos comunitários, pescadores e pescadoras artesanais e, a partir desse Caderno, serão desenvolvidas outras ações com a comunidade escolar (docentes, coordenadora pedagógica, alunos, gestor e entre outros) através de oficinas de capacitação que iniciará no ano letivo de 2019, no 1º período (agosto/dezembro), vejamos no quadro abaixo a descrição das oficinas que serão realizadas na escola Francisco Solano.

Quadro 5: Descrição das oficinas de capacitação dos membros elaboradores do currículo da escola.

1ª Oficina	Dia 09 de agosto, será convidada toda a comunidade escolar, Secretário de Educação municipal de Santo Antônio do Tauá, os pais dos educandos, as pescadoras e os pescadores artesanais entre outros, para apresentação do Caderno Didático resultado do Plano de Ação; fazer o agendamento das oficinas serão de acordo com a data prevista decorrente no período de (agosto\dezembro) e do Seminário para entrega do Caderno Didático Etnoictiológico para escola Francisco Solano, que será trabalhado dentro das áreas Ciências Naturais e Geografia, neste evento haverá proposta para novas parcerias com inserção de novas áreas de conhecimentos.
2ª Oficina	No dia 16 de agosto, será realizada formação com a participação dos atores envolvidos na pesquisa, através dos relatos das pescadoras e pescadores serão identificados os nomes populares dos peixes e os nomes científicos serão utilizados as literaturas teóricas consultada na pesquisa, internet, diálogos com os palestrantes da importância da temática na construção de conhecimento na escola da comunidade nas disciplinas citadas acima.
3ª Oficina	No dia 13 de setembro, será realizada a terceira oficina, de formação com a presença dos pescadores e pescadoras artesanais que utilizarão o mapa mental, construído pelos mesmos, na identificando os pontos de pesca, assim detalhando a importância desse espaço geográfico político social e econômico para realização da pesca artesanal, bem como a sua importância da visibilização da atividade pesqueira no espaço escolar para produção de conhecimento empírico e científico.
4ª Oficina	No dia 27 de setembro, realizará a quarta oficina de formação com os pescadores, pescadoras, coordenadores, professores e os demais envolvidos, será através de relatos, das fotografias catalogadas, a exposição dos apetrechos utilizados e confeccionado pelos pescadores e pescadoras, será abordado à preferência alimentar dos peixes e os apetrechos utilizados na captura do

	pescado.
5ª Oficina	No dia 11 de outubro, realizará a quinta oficina de formação com todos os envolvidos nesse processo, por meio de diálogos e experiências vividas pelas pescadoras e pelos pescadores, falando sobre os hábitos, costumes, habitats e comportamento dos peixes os mesmos contaram e explicarão esses itens e como adquirirão esses conhecimentos citados.
6ª Oficina	No dia 25 de outubro, nesta oficina os demais interessados, contaram com texto descrito no plano de ação e a participação dos coletivos pescadores artesanais conduzindo a oficina relatando suas práticas, saberes e fazeres.
7ª Oficina	No dia 08 de novembro, na oficina será utilizado o texto descrito no plano de ação, dando ênfase ao quadro produzido através da coleta de dados, relatos e vivências sobre os tabus e regras explicitadas pelos pescadores. A ciência se faz pelo reconhecimento das práticas cotidianas e devem ser mencionadas como fonte de pesquisa, logo a produção de conhecimento.
8ª Oficina	Em 22 de novembro a temática a ser trabalhada na oficina será a parte externa do peixe, através de desenho do mesmo, apontando, por exemplo, boca, olho, abas, barrigas cabeça, rabo, costa, guelra, pele ou escama. Este trabalho exigirá cartazes, com desenho do peixe e presença dos pescadores e pescadoras artesanais para dialogar com os interessados sobre a questão.
Seminário	No dia 13 de dezembro, faremos um ato solene simbólico para a entrega do Caderno Didático Etnoictiológico para a escola da comunidade, com a participação de todos os envolvidos na realização desse trabalho.

Fonte: Elaborado pela autora (Adenilse Barbosa, 2019).

12 - Cronograma de atividades

Quadro 6 – Cronograma de atividades de apresentação do Caderno Didático Etnoictiológico

Tempo	Atividades
Mês 08 01 dia da 2ª semana	Primeira oficina será realizada em um dia da segunda semana de agosto, apresentação do plano de ação na escola, com carga horária de 10 h

Mês08 01 dia da 3ª semana	Segunda oficina será realizada em um dia da terceira semana de agosto para identificação dos nomes populares e científicos dos peixes com carga horaria de 10 h
Mês 09 01 dia da 2ª semana	Terceira oficina será realizada em um dia da segunda semana de setembro tratará dos pontos de pesca com carga horaria de 10 h
Mês 09 01 dia da 4ª semana	Quarta oficina será realizada em um dia da quarta semana de setembro será sobre as iscas e apetrechos utilizados para a captura do pescado com carga horaria de 10 h
Mês 10 01 dia da 2ª semana	Quinta oficina será realizada em um dia da segunda semana de outubro, tratará do assunto habitats, hábitos e comportamentos dos peixes com carga horaria de 10 h
Mês 10 01 dia da 4ª semana	Sexta oficina será realizada em um dia da quarta semana de outubro, abordará sobre os saberes e conhecimentos etnoictiológico das pescadoras e pescadores, com carga horaria de 10 h.
Mês 11 01 dia da 2ª semana	Sétima oficina será realizada em um dia da segunda semana de novembro será trabalhado a questão dos tabus e regras com carga horaria de 10 h
Mês 11 01 dia da 4ª semana	Oitava oficina será realizada em um dia da quarta semana de novembro será sobre a etnomorfologia dos peixes, com carga horaria de 10 h
Mês12 01 dia da 2ª semana	Em um dia da segunda semana de dezembro, acontecerá um seminário de apresentação do Caderno Didático Etnoictiológico com carga horaria de 05h

Fonte: Elaborado pela autora (Adenilse Barbosa, 2019).

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Plano de Ação é fruto de estudo, pesquisas, diálogos feitos na comunidade pesqueira Espírito Santo do Tauá, a qual pertence; a construção deu-se a partir da comunhão entre os coletivos. Estes estudos foram de suma importância no fortalecimento e valorização e servirá como instrumento de denúncia contra o sistema educacional que anula o processo dialógico e logo os educandos e a sociedade civil. O avanço através da educação problematizadora/libertadora se dá nos reconhecimentos das tradições e expressões orais, expressões artísticas, celebrações, práticas sociais, rituais e atos festivos, conhecimentos e práticas relacionadas à natureza e ao universo e às técnicas artesanais tradicionais, com ações de etnodesenvolvimento.

Todo o contexto estudado na comunidade levou a compreensão de muitos assuntos nunca antes discutidos no âmbito educacional, muito menos nas associações e grupos de pertença, como exemplo o que diz a respeito da atividade da pesca e seu contexto.

Somos sujeitos fundamentais na educação e formação de povos e comunidades tradicionais e devemos fazer integração de toda a forma de conhecimento, para a melhoria das condições de vida das comunidades levando em conta os conhecimentos dos mais velhos que contribuíram e continuam contribuindo na preservação dos recursos naturais renováveis e não renováveis e melhoramento do manejo dos mesmos, com responsabilidade aos nossos territórios da melhor forma possível.

Ao considerar todos os pontos abarcados neste Plano de Ação (contextualização da comunidade, possibilidade educacional em Espírito Santo do Tauá, conhecimentos etnoictológico das pescadoras e pescadores do rio Tauá, nomes populares e científicos dos peixes, iscas, habitats e costumes, tabus, simpatias, regras e critérios, morfologia externa do peixe, valor nutricional do peixe, o mapeamento dos pontos de pesca, igarapés, rios e ilhas), finalizo com um muito obrigado a todos que contribuíram para a pesquisa, e a construção de conhecimento atribuído a pontos importantes na educação diferenciada para nós povos e comunidades tradicionais.

Em diversos momentos de minha vida pude perceber que os meus antepassados me repassaram, e hoje tenho visto muitas coisas que se perderam ao longo dos tempos, mas ainda existe esperança redefinindo o que temos: florestas, ervas, água, território, ecologia

humana, escolas da comunidade, abarcando toda a diversidade de nossa região em especial da microrregião do salgado, onde vivemos e convivemos com a agrobiodiversidade amazônicas.

Agradecemos as pessoas que colaboraram com a pesquisa e os professores da Universidade Federal do Pará que promoveram todo esse evento de produção de conhecimento, em nossa comunidade, vale ressaltar a contribuição do monitoramento na troca de saberes comunidade/universidade.

14 - Referências Bibliográficas

ALMEIDA, O. T.; ALMEIDA, B. **Caracterização e análise financeira da indústria pesqueira.** In: ALMEIDA, O. T. **A indústria pesqueira na Amazônia.** Manaus: IBAMA/Pró-várzea, 2006. p. 83- 104. B

ALMEIDA, M.P. **Trabalhos femininos e papéis sociais em uma comunidade rural do nordeste paraense. No mar, nos rios e na fronteira faces do campesinato no Pará.** Editora Universitária-EDUFPA, 2002, p.98.

A REPÚBLICA: **orgo do partido republicano,** ano 9, nº 911, p,1, Pará, quinta feira 20 de Abril de 1893 - (REC-T-0048) delito no lugar Tauá.

AUBERT, Adriana. et.al. **Aprendizagem Dialógica na Sociedade na Formação.** Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2016.

BARBOSA, Adenilse Borralhos. **Relatório do Primeiro-Tempo Comunidade.** Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento . Santo Antônio do Tauá, 2015.

_____. **Relatório do Segundo- Tempo Comunidade.** Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento. Santo Antônio do Tauá, 2016.

_____. **Relatório do Terceiro- Tempo Comunidade.** Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento. Santo Antônio do Tauá, 2016.

BATISTELLA, Alexandre Milaré, CASTRO, Carolina Pottër de, VALE,Julio Daniel do. **Conhecimento dos moradores da comunidade de boas novas, no lago Janauacá - amazonas, sobre os hábitos alimentares dos peixes da região.** Vol. 35(1) 2005: 51 – 54.

BARROS, F.B:**Etnoecologia da pesca na Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio Terra do Meio, Amazônia, Brasil, 2012, p.2-293.**

BÚRIGO, Fábio L.; CAZELLA, A.A.; CAPELLESSO, Adinor José. **O Financiamento da Pesca Artesanal e as Políticas Públicas de Crédito: Porque só Disponibilizar Recursos não é suficiente.** In: I Seminário Nacional de Sociologia Econômica, 2009, Florianópolis. Anais Florianópolis: UFSC, 2009.

BRIOSO, E. L. **História de Santo Antônio do Tauá.** Belém: Editora Grafisa, 1976.

BRUNER, Jerome: In Constituição: **SALTO PARA O FUTURO,** 1998, p. 96.

BRASIL. Constituição (1988). da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Art. 215 § 1º e 216, inciso II do art. 216.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF:

Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, Art. 3 inciso V

CAMPOS, S. P. **Projetos de Educação de Jovens e Adultos: concepções, problemas e resultados de práticas educativas.** In: ANDRADE, M. R.; PIERRO, M. C. D.; MOLINA, M. C. & JESUS, S. M. S. A. de (Orgs.). **A Educação na Reforma Agrária**

em Perspectiva: uma avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma

Agrária, pp. 139-154, 2004.

CANÁRIO, R. **Educação de adultos; um campo e uma problemática**. Lisboa: EDUCA; ANEFA, 2000 .

CONVENÇÃO Nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente a OIT/ Organização Internacional do Trabalho. – Brasília: OIT, 2011 Iv. Item2do art. 1.º

DIÁRIO DE NOTÍCIA, domingo 11 de setembro de 1955, anno 2, p. 3- (REC-T-0085 1955), **Criação de município gera protesto**.

DORSA, Alice, Regis. **O mundo é o mar: pescadores tradicionais e seus mapas mentais. Armação do Pântano do Sul**, Florianópolis .SC/ Alice Regis Dorsa; Orientadora, Rosemy da Silva Nascimento- Florianópolis, SC, 2015, 173p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**. UNESP: São Paulo, 2000.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**/Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.58-68.

FOLHA DO NORTE, anno 2, n. 407, p. 2. Belém, quinta-feira, 11 de fevereiro de 1897- (REC-T-0076). **Nomeação de novos subprefeitos e suplentes para subprefeitura do Tauá e outras**.

FURTADO, Lourdes Gonçalves, SCT-PRICNPQ. Museu Paraense Emilio Goeldi. Deptº de Ciências Humanas. **Características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará**: Boi. Mus. Para. Em1Jio Goeldi. sér. Antropol., 6 (1). 1990.

FRAXE, Therezinha J. P. **Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas**/ Therezinha J. P.Fraxe- São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.192p.

ILDONE, José. **Noções da História de Vigia**– Belém: Cejup,: 1991.

Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge. 2006. IPMA. Tratado de nutrición, tomo II: Composición y calidad nutritiva de los alimentos. Ed. Acción Médica. 1ª Ed. 2005.

LITTLE, Paul. E. 2002. “**Etnodesenvolvimento Local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global**” In Tellus, ano 2, (3), p.8. Disponível em: <<www.ftp://neppi.ucdb.br/pub/tellus3/TL3_Paul%20Little.pdf>>. Acesso em 17.08.2019.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **Economias indígenas e os modernos projetos de Etnodesenvolvimento**. In: O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006, p. 101.

MARANHÃO, T. 1975 **Náutica e classificação ictiológica em Icarai, Ceará: um estudo em Pantropologia cognitiva**. Brasília, DF. 182p. (Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Brasília).

MARTINS, Francisca Claudivânia Gomes. **A pedagogia do oprimido e a práxis pedagógica libertadora de Paulo Freire**. In: XXII Semana de Educação da Universidade Estadual do Ceará 31 de agosto a 04 de setembro de 2015 Graduanda da Universidade Estadual do Ceará .claudivaniamartins@yahoo.com.br. 2015, p. 6.

MARIN, Rosa Elizabete Azevedo; CASTRO, Edna Maria Ramos de. **No Caminho de Pedras do Abacatal: experiência social de grupos negro no Pará**. 2ª Ed. Belém: NAEA/UFPA, 2004.

MOURÃO, José da Silva, NORDI, Nivaldo Etnoictiologia de pescadores artesanais do estuário do rio Mamanguape, Paraíba, Brasil: B. Inst. Pesca, São Paulo, 29(1): 9 - 17, 2003.

MOTTA-MAUÉS, M.A. **Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil**. Etnográfica, v.3, p.377-399, 1998.

PEREIRA Edite. Sinopse do Vídeo: **História da Ocupação da Amazônia**. Museu Emilio Goeldi Belém PA.

RAMOS, Manoel. **Pôster: Acervo da Paróquia de Santo Antônio de Lisboa**, 1970.

REIS, Elisa P. **Reflexões Leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em política pública**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 18. nº.51, p.11-15, Fev. 2003.

SACRAMENTO, Elionice. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Saúde e ambiente para as populações do campo, da floresta e das águas** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 216 p.: il. p.142,150.

STAVENHAGEN, R. **Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista**. In: Anuário antropológico, n.84 Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.11-44, 1985.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa- Ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais: Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 31-45, jul./dez. 2009. Editora UFPR

UNESCO, **Recomendação de Paris. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Conferência geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura doravante denominada "UNESCO", em sua 32ª sessão, 2003. Disponível em <http://www.arquitextos.com.br/documento/patrimonio/patrimonio30.asp> Acesso em: 10 junho de 2019.

VERDUM, R. Etnodesenvolvimento e mecanismo de fomento do desenvolvimento (PDA). In: Lima, A. C.; BARROSO-HOFFMANN, M. (Org.). **Etnodesenvolvimento e políticas pública: bases para uma nova política indigenista**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002.

VERÍSSIMO, José. 1970- **A pesca na Amazônia**. Belém, Universidade Federal do Pará, 130p. il (Col. Amazônia. Sér. José Veríssimo).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (1998). **“Perspectivas para a reflexão em torno do projeto político pedagógico”**. In: RESENDE, Lúcia Gonçalves de & VEIGA, Ilma Passos Alencastro (orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas, Papirus, pp.9-32.

15 -ANEXO

CADERNO DIDÁTICO ETNOICHTIOLÓGICO.

Apêndice 2 - Documento das cartas sesmarias

2. SESMEIROS, COLONOS E AS PRIMEIRAS LOCALIDADES (1709-1898)

Ao mesmo tempo em que se preocupava com a "questão do índio", a Coroa Portuguesa estimulava a ocupação. Nos rios Tauá e Bituba a ocupação por meio de sesmarias teve início em 1709, com doação de terras ao vigiense Francisco de Melo Palheta, conhecido como o introdutor do café no Brasil. Sesmarias foram doadas, também, nos rios da Vigia (furo da Laura), Tauá-Jejú e Maracanã, na baía do Sol e no igarapé Patatateua.

Os sesmeiros, no geral, eram portugueses ou seus descendentes, que tinham interesse de implantar roçados de cacau, tabaco, algodão, laranja, mandioca e outros gêneros.

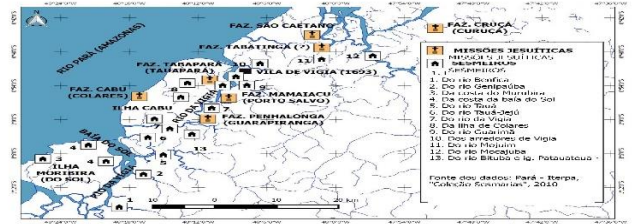
No século XVIII, com as reformas do Marquês de Pombal, Primeiro Ministro do Rei José I, os Jesuítas foram expulsos do Império Português, e, com isso as "fazendas" São Caetano (de Odivelas), Cubi (Colares) e Cruzá (Curuçá) se tornaram vilas e sedes de freguesias, e as de Guarapiranga (Penhalonga) e Mamaiacu (Porto Salvo). "lugares". Nestas fazendas os índios foram catequizados, instruídos, e sua mão de obra explorada na pesca, agricultura, pecuária, olaria e outras atividades.

Entre Vigia e Belém surgiram duas outras freguesias: a de N. Sra. da Conceição de Benfca, em 1758, e a de N. Sra. do Ó de Mosqueiro, em 1880. Esta última incorporou as terras do rio Tauá ao Bituba e furo da Laura, onde existia uma ilha.

Formou-se uma sociedade rural, tipicamente ribeirinha, de colonos, caboclos e escravos. No século XIX eclodiu a revolta da Cabanagem (1835-1839). Os cabanos se refugiaram pelos rios, onde foram duramente perseguidos pelas forças legais do Império. Ainda hoje se contam muitas histórias a respeito deles.

Por volta de 1890 já existiam localidades como Espírito Santo (originalmente chamada de Tauá ou Rio Tauá), Tracuacua, Santa Maria do Umbituba e Borralhos. Outras, como São Brás, Cacoal (Cocal), Triunfo e Santo Amaro eram sedes de pequenas fazendas. Muitos casos de violência, roubos e disputas de terra ocorreram naqueles tempos.

A agricultura tinha entrado em decadência, e a população passou a se dedicar ao trabalho nas serrarias e olarias, à pesca, e à extração de argila ("tauá"), madeiras, e "seringa" (látex), que foi explorada por algum tempo.



Acima: MAIPA DAS MISSÕES JESUÍTICAS E SESMARIAS em 1750 no litoral paraense, de Benfca a Curuçá
Elaboração: Ednaiva L. N. Barbosa



Ào lado e acima: VILA DO ESPÍRITO SANTO, ÀS MARGENS DO RIO TAUÁ - Década de 1970
Fonte: Paróquia de Santo Antônio de Lisboa, acervo do Sr. Manoel Ramos (Cerequinha)